



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
2007-2011

Setembro 2007



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Reitor
Alan Barbiero

Vice-Reitora
Flávia Tonani

Pró-Reitora de Graduação
Isabel Auler

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação
Márcio Antônio da Silveira

Pró-Reitora de Extensão
Ana Lúcia Pereira

Pró-Reitora de Administração e Finanças
Ana Lúcia de Medeiros

Chefe-de-Gabinete da Reitoria
Paulo Fernando de Melo Martins

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	5
2 – PERFIL INSTITUCIONAL	6
3 – ANÁLISE DE CENÁRIOS	7
4 – COMPROMISSO COM A SOCIEDADE	8
4.1 Missão da UFT	10
4.2 Visão Estratégica da UFT	10
4.3 Prioridades Institucionais.....	10
4.4 Eixos Estratégicos	11
4.5 Objetivos Estratégicos.....	11
4.6 Principais Linhas de Ação	12
5 – PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL	23
5.1 Objetivos e Metas Específicos	24
5.2 Organização Acadêmica e Administrativa	32
6 – PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	38
7 – ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	42
8 – AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	43
8.1 Avaliação Institucional da Educação Superior: Concepção e Foco	43
8.2 Avaliação Institucional: do Sistema Nacional à UFT	44
8.3 Estrutura Organizacional do Processo Avaliativo na UFT	46
8.4 Roteiro Básico do Processo de Avaliação Institucional	46
8.5 Etapas do Processo de Avaliação Institucional	48
9 – CRONOGRAMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDI	51
10 – BIBLIOGRAFIA	51
11 - ANEXOS	52

1 – INTRODUÇÃO

Pensar a universidade e sua função social no contexto do mundo contemporâneo impõe, de início, vários desafios, que perpassam a análise da crise que assola as instituições públicas de ensino superior do país.

Nesse sentido, as IFES vivenciam uma crise institucional de hegemonia e legitimidade ao mesmo tempo. A crise de hegemonia expressa-se, por exemplo, pela incapacidade das instituições públicas para expandir consideravelmente suas atividades com vistas ao atendimento à grande demanda pelo ensino superior. A crise de legitimidade apresenta-se quando as instituições não conseguem dar respostas rápidas às demandas que lhe são dirigidas pelos diversos segmentos da sociedade. A crise institucional, por seu turno, instala-se no momento em que surgem críticas em relação à eficiência, aos custos e à competitividade (Santos, 2005).

Em meio a esse cenário, a universidade, como toda e qualquer instituição, é um organismo de natureza histórica. Para estar apta a desempenhar funções sociais relevantes, precisa adequar-se a cada conjuntura e contexto.

Sendo a universidade uma instituição secular, vem prestando, com o passar do tempo, um prestimoso serviço à sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão de qualidade – estes, instrumentos que certamente induzem o desenvolvimento econômico. Isso se dá não apenas pelas derivações dos resultados da pesquisa, mas, principalmente, pelo fato de a universidade ainda ser um espaço que promove inclusão social por meio dos programas de extensão e pela geração e difusão do conhecimento através do ensino, além de ser um espaço de expressão democrática. Além disso, é importante destacar que a expansão do ensino público superior e a sua interiorização são elementos que dinamizam a economia regional e local.

Assim, observa-se que a presença de uma universidade pública em um determinado espaço geográfico se torna cada vez mais necessária, principalmente pela geração dos fatores externos positivos – indutores do desenvolvimento econômico.

Buscando atender às demandas da sociedade, as instituições públicas abraçam o maior número possível de atividades, procurando, com isso, justificar os recursos financeiros dos fundos públicos a elas atribuídos.

É necessário salientar que, dada a incapacidade do Estado em atingir os objetivos de crescimento e desenvolvimento econômico através de políticas públicas consistentes – nesse sentido, atenderia às demandas da sociedade –, o poder público limita-se a fazer política econômica, cabendo às universidades assumir responsabilidades que não são suas, dispersando-se, dessa forma, a sua atuação em um espectro muito grande de atividades.

Atualmente, apresentam-se três grandes tendências para o ensino superior em nível mundial. A primeira traduz-se na mudança no modelo organizacional, na especialização das instituições e na sua fusão e interação, conformando um novo espaço de ensino e pesquisa.

A segunda encontra-se na diversificação do ensino e sua transformação em processo de aprendizagem continuada, com a ausência de fronteiras rígidas entre suas múltiplas facetas.

A última tendência verifica-se no modo de execução das atividades acadêmicas, decorrente da influência do modelo industrial na prestação de serviços e das transformações na pesquisa (coletivas e multidisciplinares) e na extensão (em sintonia com as demandas sociais).

Essas mudanças ocorrem em meio a um mundo marcado por algumas invariáveis e incertezas críticas. Entre as invariáveis do contexto internacional, destacam-se: (a) o crescente envelhecimento da população; (b) a aceleração da produção científica e tecnológica;

(c) a mudança no padrão de competitividade entre as nações; (d) a consolidação da educação como objeto de aspiração dos jovens e de suas famílias. Além disso, ocorre uma crescente disponibilidade de novas tecnologias para o processo educacional, que contribuem de forma substancial para o crescimento da educação a distância e da educação continuada.

Entre as incertezas críticas (variáveis com grande poder de impacto e incerteza), ganha notoriedade a indefinição quanto à natureza do processo de internacionalização e ao conceito de regulação do ensino superior que irão prevalecer de agora em diante, resultado, em parte, das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

2 – PERFIL INSTITUCIONAL

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura *multicampi*, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são *unicampi*,

com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete *campi*, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema *multicampi*, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só *campus*. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema *multicampi*, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete *campi*, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados – através dos 9.000 alunos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, 356 professores efetivos, 165 professores substitutos e 399 técnicos administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 29 cursos de graduação e 4 cursos de mestrado reconhecidos pela Capes, além de 11 cursos de especialização *lato sensu*.

3 – ANÁLISE DE CENÁRIOS

Considerando que a UFT é uma instituição pública de ensino superior que está entre as mais novas do país, é importante destacar a sua importância para o estado do Tocantins, para a região Norte e para o Brasil. Nesse sentido, os cenários interno e externo deverão ser observados para nortear as ações institucionais.

Considerando um conjunto de variáveis (sociais, econômicas, culturais, tecnológicas...), podem-se desenhar quatro cenários para a próxima década. O primeiro está associado à cooperação entre as nações, em um ambiente de ampla globalização, com crescimento econômico generalizado. O segundo cenário está marcado pela transformação do mundo em uma grande cadeia de produção, à qual cada um busca melhor integrar-se. Diante disso, a ordem econômico-monetária mundial globalizada favorece a permanência de bolsões de pobreza. O terceiro está relacionado à divisão do mundo em grandes blocos, tendo a estagnação como marca. Nesse sentido, a ausência de uma ordem econômico-monetária impõe dificuldades para o crescimento econômico dos países emergentes. O último cenário refere-se à inexistência de uma ordem econômico-monetária, que, por sua vez, provoca uma redução do crescimento econômico, com crises de liquidez. A integração, além de reduzida, é pouco regulada. Inexistem padrões internacionais de qualidade e equivalência.

Uma vez postos os cenários, observa-se que o atual momento da educação superior brasileira é singularizado por forte dinamismo, com atores, produtos e serviços movidos pela intensa concorrência e multiplicação de parcerias, estando a reforma universitária em plena discussão, impondo interrogações e sinalizando mudanças.

É possível, porém, registrar tendências já consolidadas no setor: a expansão acelerada da graduação, a interiorização do ensino, a consolidação da pós-graduação, a melhoria da qualificação do corpo docente e o aumento da eficácia e produtividade do sistema.

Outrossim, um conjunto de invariáveis pode ser apontado. No contexto nacional, destacam-se o envelhecimento da população, a reestruturação produtiva, a interiorização do

desenvolvimento da economia e as transformações nas relações de trabalho. Registram-se, ainda, a modernização da infra-estrutura econômica, a redefinição do papel do Estado e a expansão e diversificação da demanda por serviços educacionais.

Da mesma maneira, a educação consolidou-se como um instrumento de mobilidade social, evidenciada, inclusive, tanto pelo crescimento do número de estudantes economicamente menos favorecidos quanto pela maior presença de “alunos não tradicionais” (ou adultos profissionais). Concomitantemente, acusa-se a diversificação do sistema de ensino superior, com o crescimento da educação executiva e das universidades corporativas.

Em um ambiente de acirrada concorrência, constata-se o aumento das ações no campo da defesa do consumidor. Outro aspecto diz respeito à valorização social da interdisciplinaridade e do “espírito empreendedor”, ambos assumidos como atributos da formação universitária.

Partindo-se dessas assertivas, foi possível construir quatro cenários para a educação superior brasileira. Inicialmente, observa-se que o mundo é reconhecido por uma integração liberal e um equilíbrio econômico instável. Internamente, a governabilidade se consolida em torno de uma aliança social reformista, tendo na figura do Estado um promotor social, com médio crescimento do PIB.

Nesse cenário, a educação é vista como um bem público e principal vetor de inclusão social. Por isso, a política de ensino superior objetiva o fortalecimento do setor público, apontando para um equilíbrio entre matrículas em instituições públicas e privadas, em meio a uma crescente interiorização, que evidencia uma demanda alta e bem distribuída.

Outro ponto que merece ser analisado é o contexto internacional, marcado por condições de integração regulada e estável, com o fim de consolidar um projeto nacional social-liberal. A integração liberal e o equilíbrio instável desenham o mundo nesse cenário, no qual o projeto político nacional, em consonância com a orientação do Estado mínimo, constitui-se sob a égide de uma aliança de ordem liberal.

A Educação é considerada relevante, cabendo ao Estado a prioridade do ensino fundamental. Nesse cenário, predominantemente marcado pelas idéias liberais, o ensino superior tem uma dinâmica voltada para o capital privado. Em boa parte, essa situação pode ser creditada à liderança das IES privadas no que diz respeito à oferta de educação a distância.

4 - COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações de extensão, voltadas para a proposição de políticas públicas e para o desenvolvimento do Tocantins e da região Norte. Nesse sentido, não tem medido esforços para proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando para a construção de novos conhecimentos e para a integração entre a universidade e a sociedade em geral.

Desde a sua criação, a UFT tem incentivado a pesquisa e a extensão por meio da realização de convênios com agências regionais, nacionais e internacionais, visando a promoção de programas de investigação científica e cultural, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados da pesquisa e da extensão em suas unidades e ainda a promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e culturais de interesse da sociedade.

Ao eleger o programa “Brasil alfabetizado” como o seu principal foco de atuação, a UFT promove a inclusão social ao minimizar os índices de analfabetismo no estado. Com a

proposta pedagógica de inserir o cidadão iletrado na sociedade, são desenvolvidas atividades que buscam desenvolver o senso crítico dos alunos, a aquisição de conhecimento científico e sua aplicação cotidiana de forma dinâmica e pautada na conscientização.

Outro importante programa de inserção que se destaca na UFT é o "Conexões de saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades (PCS)", um projeto desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC), juntamente com as Ifes, tendo como parceira a organização não-governamental Observatório das Favelas, entidade situada na cidade do Rio de Janeiro.

O PCS atua no sentido de criar meios e promover ações para tornar o ensino superior acessível às populações carentes, de forma a garantir uma melhor inserção e a permanência com qualidade dessa população nas Ifes, fazendo valer o princípio da universalização do conhecimento. Adicionalmente, esse programa visa a uma maior interação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

O projeto "Multiplicadores em ação: educando para a vida", visa ao fortalecimento da Comissão Estadual de Educação Básica em 21 municípios do estado, para que os mesmos possam ser multiplicadores de práticas educativas ligadas aos direitos humanos.

No que tange à área arte e cultura, a UFT contribui para a difusão da cultura no estado, através da promoção de eventos que divulgam a produção literária local e fomentam a interlocução entre o corpo docente e os artistas da região.

A UFT também está empenhada em proporcionar condições para que seus alunos de graduação e egressos tenham a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e alcançar o sucesso. Nesse sentido, são oferecidas 116 bolsas de assistência estudantil aos alunos para estágio na própria universidade, e a Instituição mantém convênios com cerca de 34 (trinta e quatro) organizações públicas e privadas para fins de encaminhamento do aluno para o mercado de trabalho por meio de estágio remunerado.

Em relação às ações afirmativas, a UFT, ciente dos novos contornos que a questão racial tem adquirido na sociedade brasileira, instituiu uma comissão que busca incorporar a temática racial à construção de políticas de inclusão social na Universidade. A Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial, instituída em janeiro de 2004, tem por objetivo propor, no âmbito da Instituição, políticas de inclusão e permanência de alunos negros, indígenas e carentes.

Sendo o meio ambiente uma das principais preocupações da sociedade moderna, a Universidade tem apoiado projetos voltados a essa área. Tendo como eixo central a conscientização da sociedade, as atividades giram em torno da educação ambiental e do desenvolvimento de projetos para a difusão tecnológica e treinamento de produtores para a conservação do solo.

Considerando a importância da UFT no contexto local, regional e nacional, e buscando a Universidade cumprir a sua missão, um esforço institucional será realizado para que a Instituição cumpra a sua função de agente transformador, posto que grandes desafios são apresentados, como:

- I - melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa;
- II - ampliar as atividades de extensão e cultura;
- III - fixar, ampliar e capacitar os recursos humanos;
- IV - melhorar a infra-estrutura (prédios, laboratórios, bibliotecas e equipamentos);
- V - ampliar os recursos orçamentários e definir a descentralização orçamentária;
- VI - definir a missão de cada um dos *campi*.

Observando os desafios que se impõem, alguns de natureza externa, a exemplo da ampliação do orçamento e do quadro de servidores, e considerando os desafios inerentes à

Universidade e à região, foram definidas grandes áreas em que a UFT poderá atuar por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, quais sejam:

- I - Agroambiente, Agroindústria e Meio Ambiente;
- II - Identidade, Cultura e Territorialidade;
- III - Ciências Sociais Aplicadas, Educação e Direitos Humanos;
- IV - Saúde;
- V - Biodiversidade, Biotecnologia, Recursos Genéticos e Estudos dos Ecótonos;
- VI - Energias Renováveis e Mudanças Climáticas.

4.1 – Missão da UFT

A Missão da Universidade Federal do Tocantins é produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

4.2 – Visão Estratégica da UFT

"Até 2010, a UFT será uma Universidade consolidada, *multicampi*, um espaço democrático de expressão cultural, reconhecido pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”.

4.3 – Prioridades Institucionais

Consideradas as análises diagnósticas do contexto histórico mundial, das características da Amazônia e da Universidade Federal do Tocantins, delineados, nesse particular, os cenários possíveis, foram eleitas 4 (quatro) prioridades institucionais, que, de forma transversal, deverão orientar as principais linhas de atuação da Universidade Federal do Tocantins (Planejamento Estratégico da UFT – 2005).

1 - Ambiente de excelência acadêmica

- Ensino de graduação regularizado e de qualidade reconhecida e em expansão.
- Ensino de pós-graduação consolidado e em expansão.
- Excelência na pesquisa, com fundamentação na interdisciplinaridade e na visão holística.
- Relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnicos administrativos.
- Construção de um espaço de convivência pautado na ética.

2. Atuação sistêmica

- Fortalecimento da estrutura *multicampi*.
- Cooperação e interação entre os *campi* e os cursos.
- Autonomia e sinergia na gestão acadêmica e no uso dos recursos.
- Articulação entre as diversas instâncias deliberativas: Conselho Universitário (Consuni), conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), Conselho Diretor e Colegiado de Cursos.

- Articulação entre os diversos setores: Pró-Reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenações de *Campus* e de Cursos.

3. *Articulação com a sociedade*

- Relações com os principais órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas.
- Preocupação com a equidade social (inclusão social, étnica e de gênero) e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
- Respeito à pluralidade e à diversidade cultural.

4. *Aprimoramento da gestão*

- Estatuto e regimento geral adequados à realidade da UFT.
- Funcionamento pleno dos Conselhos como orientadores da gestão institucional.
- Participação e transparência na administração.
- Procedimentos racionalizados e ágeis.
- Gestão informatizada.
- Gestores capacitados.
- Diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos.

4.4 – Eixos Estratégicos

As definições das prioridades institucionais, atreladas aos eixos estratégicos, nortearão os objetivos e ações estratégicas da Universidade Federal do Tocantins, quais sejam:

- ensino de qualidade, comprometido com valores científicos, éticos, sociais e culturais;
- conhecimento, compromisso social e respeito à diversidade;
- gestão inovadora, transparente e responsável.

4.5 – Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos e as prioridades institucionais, definidos no planejamento estratégico da Instituição em 2005, estruturam, mas são insuficientes para orientar o esforço de desenvolvimento da organização. Um complemento imediato são os objetivos estratégicos, resultados prioritários – formulados em termos qualitativos – que devem ser alcançados ou mantidos no horizonte do Plano Estratégico da Instituição.

Do mesmo modo que as prioridades, os objetivos estratégicos devem ser poucos, seletivos e pertinentes a aspectos de alta relevância para a organização, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades e à neutralização de ameaças.

Os objetivos estratégicos foram definidos em função de duas dimensões, a saber:

Ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão

- Consolidar os cursos (graduação e pós-graduação) existentes, melhorando sua qualidade.
- Ampliar o número de cursos (graduação e pós-graduação), utilizando diversos meios, inclusive ensino a distância.

- Implantar cursos nas áreas de Saúde, Tecnologia e Artes.
- Articular a pesquisa com o ensino (graduação e pós-graduação) e promover sua devida interação com as ações de extensão.
- Definir e consolidar uma política de incentivo à produção científica.
- Projetar a UFT como referência nas áreas de Identidade, Cultura e Territorialidade, Agropecuária e Meio Ambiente, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Educação e Fontes Renováveis de Energia, implantando programas de extensão.
- Preparar os alunos para o exercício da cidadania, incentivando-os a defender os direitos humanos e a justiça social.
- Consolidar o Programa de Educação de Jovens e Adultos.
- Incentivar a institucionalização de práticas acadêmicas que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade.
- Promover o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.
- Implantar uma política de assistência estudantil que assegure a permanência de estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade.

Aperfeiçoamento da Gestão

- Adotar uma política ativa de comunicação e de divulgação das realizações, na busca da construção da imagem institucional.
- Melhorar a infra-estrutura física, laboratorial e tecnológica, por meio da articulação política e de parceria com todos os setores da sociedade.
- Ampliar a captação de recursos, incluindo convênios com instituições públicas e privadas.
- Fortalecer as estruturas administrativas de todos os *campi*.
- Descentralizar a gestão administrativa.
- Fortalecer os órgãos colegiados.
- Adotar mecanismos de fixação dos recursos humanos (moradia, plano de saúde).
- Racionalizar e otimizar a utilização de recursos materiais, financeiros e de pessoal.
- Promover a modernização da gestão, ampliando a informatização.
- Desenvolver políticas de qualificação de pessoal docente e técnico-administrativo.

4.6 – Principais Linhas de Ação

Ensino

Os princípios fundamentais que orientam a construção das políticas da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na reprodução de valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania, na luta contra a exclusão social, na preservação ambiental e na cultura da paz.

Missão da Prograd

A Pró-Reitoria de Graduação tem como missão proporcionar um ensino voltado para a produção e difusão do conhecimento científico, sóciopolítico e cultural, com vistas à

formação do cidadão e do profissional qualificado e comprometido com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Os principais desafios a serem enfrentados pela UFT, a curto e médio prazo, são:

- construção de diretrizes gerais para os cursos de graduação;
- melhoria e modernização das condições físicas (salas de aula, laboratórios, áreas de convivência e lazer, sala de professores);
- melhoria das condições das bibliotecas;
- proposição de novas formas de organização didático-pedagógica;
- melhoria da gestão dos cursos de graduação.

Políticas e Programas Estratégicos da Prograd

- Política de estruturação e desenvolvimento acadêmico – Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC).
- Política de modernização e informatização das bibliotecas.
- Política de aperfeiçoamento discente.
- Política de reestruturação do sistema de controle e registro acadêmico.
- Política de gestão acadêmica.
- Implantação de programa de avaliação interna dos cursos, como integrante dos projetos pedagógicos dos mesmos.
- Política de educação a distância.

I - POLÍTICA DE ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

Diretrizes

- Refletir coletivamente e de forma continuada sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em conformidade com as novas diretrizes do ensino, com o Planejamento Estratégico, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com os fóruns específicos.
- Promover a construção de projetos político-pedagógicos em conformidade com as novas diretrizes do ensino e com a nova realidade institucional – voltadas para a formação integral do aluno e para as mudanças científicas, tecnológicas e culturais em que estão inseridos –, bem como com as condições específicas de oferta de cada curso.
- Desenvolver projetos de formação para o uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino e de aplicação de novas metodologias de ensino, inclusive a distância e em rede.

Estratégias

- Promover espaços para se pensar e definir as diretrizes norteadoras do processo formativo da UFT.
- Assessorar, continuamente, o processo de elaboração, reestruturação e implementação dos PPCs.
- Realizar diagnóstico das necessidades formativas dos docentes da Universidade.
- Realizar eventos de natureza político-pedagógica envolvendo os docentes.
- Estruturar um núcleo de apoio pedagógico visando à discussão das questões de ordem didático-pedagógica.
- Criar condições para a discussão de temas e experiências didático-pedagógicas.

II - POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS

Diretrizes

- Implantar um atendimento padronizado, moderno, informatizado, interligando o sistema de bibliotecas da UFT.
- Atualizar o acervo bibliográfico, em conformidade com a reformulação dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Estratégias

- Identificar as necessidades e referenciais para a criação do sistema de bibliotecas.
- Elaborar o projeto de criação do sistema de bibliotecas.
- Elaborar o projeto de informatização do sistema.
- Informatizá-lo.
- Alimentar o seu banco de dados.
- Implantá-lo gradualmente.
- Elaborar os projetos de reforma e/ou construção da estrutura física, estruturação com mobiliários e equipamentos e estruturação dos serviços das bibliotecas.
- Executar o projeto de reforma e/ou construção da estrutura física das bibliotecas.
- Executar o projeto de estruturação das bibliotecas com mobiliários e equipamentos.
- Executar o projeto de reestruturação dos serviços das bibliotecas.
- Elaborar o projeto de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico.
- Executar o projeto de aquisição, expansão e atualização do acervo bibliográfico.

III - POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO DISCENTE

Diretrizes

- Criar e implantar programas que contribuam para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.
- Assegurar a implantação dos programas e projetos nacionais que visem à melhoria do ensino.
- Implantar e aperfeiçoar programas e projetos no âmbito do Sistema Federal de Educação (PET, PIM, MA).
- Promover políticas de melhoria do acesso e permanência dos estudantes na Instituição.

Estratégias

- Identificar as dificuldades que impedem o bom desenvolvimento dos programas e projetos federais.
- Buscar os recursos necessários (humanos e materiais) para o bom desenvolvimento dos programas e projetos em pauta.
- Acompanhar, sistematicamente, o desenvolvimento dos referidos programas e projetos.
- Elaborar programas e projetos que viabilizem a inclusão dos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação da UFT.
- Implementar os referidos programas e projetos.

- Elaborar outros programas e projetos que fortaleçam o ensino na UFT.
- Interferir no processo de ensino e aprendizagem da educação básica.
- Promover acompanhamento específico aos discentes nos períodos iniciais do curso.
- Auxiliar os alunos que têm dificuldades em acompanhar o fluxo regular do curso.
- Melhorar as políticas sistemáticas de permanência dos discentes.

IV – POLÍTICA DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE E REGISTRO ACADÊMICO

Diretrizes

- Melhorar o sistema de serviços acadêmicos mediante a implementação de políticas específicas.
- Planejar a nova estrutura dos setores de registro de diplomas e de controle acadêmico.
- Planejar a sistemática de trabalho e organização das secretarias acadêmicas.
- Implantar e utilizar o SIE em sua potencialidade total.

Estratégias

- Definir e implementar a estrutura mínima das secretarias acadêmicas e descrever as funções de seus servidores.
- Dar continuidade ao processo de implantação do SIE para atendimento amplo às necessidades acadêmicas.
- Sistematizar os procedimentos relativos à implementação de dados acadêmicos e à emissão de relatórios a partir de demandas do MEC, INEP, etc..
- Capacitar os servidores para otimização dos recursos do SIE.
- Implementar o diário eletrônico em todos os cursos e *campi*.
- Implantar o histórico escolar *on-line* e ampliar os recursos do portal do aluno.
- Estruturar o Setor de Registro de Diplomas para atendimento às IES do estado.
- Definir e implementar uma política de gestão e guarda de documentos acadêmico-institucionais.

V – POLÍTICA DE GESTÃO ACADÊMICA

Diretrizes

- Promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas pedagógicas dos cursos.
- Implementar uma política de estágio que contemple as especificidades das licenciaturas, do bacharelado e dos demais cursos oferecidos pela UFT.
- Avaliar continuamente as condições de ensino dos cursos, visando à melhoria na oferta e otimização de recursos.
- Subsidiar os gestores dos cursos de graduação com análises e estudos específicos.
- Estruturar e dar suporte ao grupo de discussão das pedagogias, das licenciaturas e bacharelados.
- Propor novas formas de organização didático-pedagógico dos cursos de graduação e novas metodologias do processo de ensino e aprendizagem.
- Propor novos modelos de estudos de graduação, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação.

Estratégias

- Promover espaços de diálogo entre as modalidades de cursos de graduação.
- Analisar os resultados dos cursos obtidos por meio de estudos internos e de avaliações promovidas pelo sistema nacional.
- Propor diretrizes para realização do planejamento acadêmico.
- Buscar espaços de diálogo via *web* com o corpo docente e o corpo discente e também com a comunidade em geral.
- Promover a formação de grupos de estudo com vistas a aprofundar as discussões sobre as novas tecnologias aplicadas ao ensino de graduação.
- Aprimorar os bancos de dados e disponibilizar as suas informações, visando a um melhor conhecimento da Instituição e ao aperfeiçoamento de políticas de graduação.
- Formar grupos de estudo e aprofundamento de temas relativos às novas metodologias e modalidades de cursos a serem implementados nos *campi*.

VI – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INTERNA DOS CURSOS COMO PROCESSO INTEGRANTE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS MESMOS

Diretrizes

- Sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à importância da avaliação dos cursos e programas como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais.
- Implementar, em todos os segmentos dos cursos, um processo de avaliação contínuo, formativo, flexível e democrático.
- Promover a permanente melhoria da qualidade das atividades acadêmicas dos cursos por meio da análise e reflexão dos dados obtidos nos processos avaliativos.

VII - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância, no âmbito da UFT, foi implantada em caráter experimental no curso de licenciatura em Ciências Biológicas em três unidades operativas de educação a distância, nos *campi* universitários das cidades de Araguaína, Gurupi e Arraias. Após a avaliação das experiências formativas desse curso, será realizada uma nova discussão sobre EaD nos colegiados adequados, com vistas ao seu fortalecimento, bem como objetivando estruturar novas políticas nessa modalidade de educação.

O curso de licenciatura em Ciências Biológicas na modalidade a distância originou-se a partir da elaboração de um projeto apresentado pelo Consórcio Setentrional, constituído inicialmente por oito instituições públicas de ensino superior dos Consórcios Regionais UNIVIR-CO, Amazônia NET E CONSÓRCIO BAHIA, filiados à UniRede, objetivando atender à Chamada Pública MEC/SEED n.º 01/2004. Com a adesão da UFT ao Consórcio Regional Amazônia NET, abriu-se a possibilidade da inserção da Universidade no Consórcio Setentrional, com a oferta de três unidades operativas.

A proposta inicial do Consórcio foi aprovada pelo MEC em 2004, com a previsão do início do curso para 2005. A inserção da UFT foi encaminhada ao MEC em março de 2005, com a proposta da criação de três unidades operativas de Educação a Distância, nos *campi* da UFT nas cidades de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional.

Diretrizes

- Propor e implementar política de educação a distância tendo como referência a qualidade acadêmica, a articulação com as demais políticas educacionais da UFT, a sua necessária ação integradora entre as várias áreas do conhecimento e o seu papel social.
- Identificar áreas do conhecimento e demandas regionais para a proposição de cursos a distância.
- Implementar um sistema de avaliação contínua dos cursos a distância.
- Formar grupos de estudo e aprofundamento de temas relativos à inserção das tecnologias nos cursos de graduação.
- Promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão como princípio norteador dos cursos de graduação a distância.

Pesquisa

Missão da Propesq

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento.

Áreas Prioritárias

- Educação;
- Biodiversidade dos Ecótonos;
- Mudanças Climáticas;
- Identidade, Cultura e Territorialidade;
- Agropecuária e Meio Ambiente;
- Fontes Renováveis de Energia;
- Saúde.

POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UFT

- Melhoria e ampliação da iniciação científica (PIC).
- Fortalecimento e expansão da pós-graduação *stricto sensu* na UFT (PPG).
- Programa de apoio à participação em eventos e divulgação da produção científica da Universidade (PPE).
- Capacitação pessoal docente (PROCAP).
- Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC).
- Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos.

I - MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Diretrizes

- Fazer gestão junto ao CNPq visando ao aumento do número de bolsas de iniciação científica (IC).
- Incentivar solicitações de bolsas em outras fontes.
- Estabelecer a interação dos programas de IC com a pós-graduação.

Estratégias

- Promover ampla divulgação de editais de bolsas de IC.
- Promover a participação dos alunos de IC em projetos de pesquisa vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- Realizar seminário de iniciação científica.
- Apoiar as iniciativas de realização de fórum para debater a importância da IC nos *campus*.

II - FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NA UFT

Diretrizes

- Induzir, incentivar e apoiar a criação de novos programas de mestrado e doutorado.
- Implementar o gerenciamento integrado da pesquisa e da pós-graduação via sistema informatizado (SIE).
- Estimular a cooperação internacional dos programas de pós-graduação da UFT com outros já consolidados.

Estratégias

- Incentivar a integração de equipes de pesquisadores em torno de objetivos multidisciplinares convergentes.
- Apoiar e incentivar a publicação de livros e artigos em revistas indexadas (QUALIS).
- Reivindicar, entre outros benefícios, bolsas e financiamentos de projetos junto às agências de fomento.
- Promover ações indutoras para a integração dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação com os futuros programas de mestrado e doutorado.
- Apoiar a realização de congressos, simpósios, seminários e semanas internas.
- Divulgar a produção acadêmica da UFT.
- Identificar as demandas da sociedade.
- Fortalecer os grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento.
- Incentivar a formação de grupos de pesquisa multi e interdisciplinares.
- Estimular a cooperação internacional em grupo.

- Promover articulações interinstitucionais para efetivar programas de mestrado e doutorado em áreas com necessidade de formação de mestres e doutores.

III - APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E À DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFT

Diretrizes

- Tornar a produção científica, tecnológica e artística da UFT mais visível para a sociedade.
- Otimizar a interação dos pesquisadores da UFT com grupos externos.
- Avaliar a produção científica.

Estratégias

- Promover e apoiar a realização de congressos, simpósios e seminários integrados.
- Implantar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas Científicas (SEER) – IBICT/UFT (submissão – avaliação – publicação – indexação – TEDE/FINEP/IBICT/Capes).
- Identificar as demandas da sociedade.
- Apoiar a participação em encontros regionais e nacionais.

IV - PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOCENTE E DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Diretrizes

- Buscar condições para que mais de 90% do quadro docente da UFT seja formado por mestres e doutores.
- Estimular a atualização profissional continuada.
- Desenvolver ações integradas para a pós-graduação, o desenvolvimento institucional e a demanda por recursos humanos.

Estratégias

- Sustentar, junto às agências de fomento, a manutenção de programas de bolsas de estudo para a pós-graduação.
- Promover articulações interinstitucionais para efetivar programas de mestrado e doutorado em áreas com necessidade de formação de mestres e doutores (Minter e Dinter).

V - APOIO AOS COMITÊS CIENTÍFICOS

Diretrizes

- Desempenhar papel estratégico nos processos de criação e aperfeiçoamento de regras para avaliação de projetos e solicitações da comunidade científica.
- Acompanhar a qualidade e os princípios éticos e científicos dos programas e projetos propostos e implantados na Instituição.

Estratégias

- Criar regras para o julgamento das solicitações no âmbito técnico-científico e ético da pesquisa e pós-graduação.
- Interagir com a comunidade para o estabelecimento de propostas que possam melhorar a qualidade de programas e projetos da Universidade.

VI – IMPLANTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERNA DOS PROJETOS DE PESQUISA E CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO COMO PROCESSO INTEGRANTE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

Diretrizes

- Implantar instrumentos de avaliação interna dos projetos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação da instituição.
- Construir indicadores que possam servir de parâmetro para o planejamento das ações.

Extensão

Missão da Proex

Proporcionar condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando com a construção de novos conhecimentos e com a integração da universidade com a sociedade em geral.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DA EXTENSÃO

1. Comunicação.
2. Cultura.
3. Direitos Humanos e Justiça.
4. Educação.
5. Meio ambiente.
6. Saúde.
7. Tecnologia.
8. Trabalho.

POLÍTICAS DE EXTENSÃO E CULTURA

I - PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Diretrizes

- Alfabetizar jovens e adultos.
- Elaborar e acompanhar projetos para o fortalecimento do trabalho de educação de jovens e adultos no Tocantins.

- Incentivar a participação dos acadêmicos nos programas de inclusão social nacionais, regionais e institucionais.
- Acompanhar os projetos de extensão propostos pela comunidade acadêmica.

Estratégias

- Ampliar o compromisso social.
- Fortalecer a articulação entre a universidade e a sociedade.
- Fomentar os projetos de extensão que tratam da inclusão.
- Propor maior participação de docentes e discentes nas atividades de extensão.

II - APOIO À DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Diretrizes

- Garantir a permanência e o sucesso dos alunos beneficiados pelas cotas étnicas.
- Garantir a permanência e o sucesso dos alunos que ingressaram na Universidade mediante o convênio estabelecido com os países africanos de língua portuguesa.
- Promover políticas de igualdade racial na Instituição.

Estratégias

- Promover, em parceria com o MEC e a FUNAI, debate em torno da situação dos estudantes indígenas da UFT.
- Estabelecer parcerias com as prefeituras e o governo estadual para a construção da Casa do Estudante Indígena.
- Articular ações com a Diretoria de Assuntos Internacionais para garantir mecanismos de permanência dos alunos africanos.
- Fortalecer a CEPPIR (Comissão Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) na Instituição.
- Realizar eventos para discutir, com docentes e discentes, temas relacionados à diversidade.
- Criar infra-estrutura para atender os portadores de necessidades especiais.
- Fomentar debate acerca da violência contra as mulheres.

III - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL

Diretrizes

- Apoiar a realização das semanas acadêmicas.
- Divulgar editais do PROEXT (Programa de Apoio à Extensão Universitária) voltados para políticas públicas.
- Fomentar a participação dos diversos atores da Instituição em eventos regionais e nacionais para discutir a extensão nas IES.
- Promover debate sobre os critérios de avaliação da extensão universitária.

Estratégias

- Oferecer apoio logístico para a realização das semanas acadêmicas.
- Estimular a participação da comunidade acadêmica nos fóruns de extensão, com apresentação de propostas da UFT.
- Construir, juntamente com a CPA, indicadores de avaliação das ações de extensão.

IV - APOIO À PERMANÊNCIA ACADÊMICA

Diretrizes

- Propiciar o exercício da competência técnica na UFT.
- Buscar, em outras instituições, oportunidades para a inserção dos alunos no mercado de trabalho.
- Desenvolver entre os alunos o compromisso profissional.

Estratégias

- Estruturar políticas de acesso, permanência e acompanhamento estudantil, propondo-se novas formas de acesso aos cursos de graduação da UFT, além do vestibular.
- Promover políticas de assistência estudantil na Instituição.
- Melhorar a política de assistência social e estudantil enquanto mecanismo de democratização das ações institucionais, por meio de bolsas de estudo, bolsas-estágio, moradia, transporte, etc.
- Desenvolver cursos estratégicos de extensão para os alunos que têm maiores dificuldades de acesso aos cursos da UFT.
- Organizar núcleos multidisciplinares no atendimento ao aluno em suas diversas necessidades.
- Acompanhar os egressos dos cursos de graduação da Instituição.

V - APOIO À ARTE E À CULTURA

Diretrizes

- Desenvolver ações no sentido de fazer da UFT um pólo de referência na criação e difusão da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura no estado do Tocantins.
- Estimular o ensino, a fruição e a prática da arte.
- Divulgar eventos nacionais e internacionais nas áreas supracitadas, incentivando-se a participação da comunidade acadêmica.

Estratégias

- Ampliar para todos os *campi* os projetos “Café Literário” e “Corredor Cultural”.
- Consolidar o projeto “Calourarte”.
- Estimular a formação do GT de Cultura em todos os *campi* para a construção de uma agenda cultural de acordo com a realidade local.
- Criar as condições físicas e humanas adequadas para o desenvolvimento dos projetos culturais.
- Fortalecer parcerias com os municípios e outras instâncias para as atividades e projetos artísticos e culturais da UFT.

5 - PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

Para implantar, com o êxito pretendido, o seu processo de consolidação acadêmica, a UFT precisa melhorar sua estrutura organizacional e gerencial, no sentido da modernização e do desenvolvimento administrativo. O que se almeja é criar condições de funcionamento compatíveis com a elevação dos padrões de desempenho e eficiência da vida acadêmico-administrativa da Universidade. Assim, para atingir tais objetivos, foi necessário criar sinergias entre os diversos setores da Instituição e a gestão dos *campi* para que a UFT pudesse definir suas metas estratégicas.

A discussão acerca dos caminhos que seriam percorridos pela Universidade foi estabelecida de forma participativa, por meio do planejamento estratégico. Por fim, foi realizada uma ampla discussão nos *campi* – envolvendo toda a comunidade – sobre as definições das políticas e dos programas institucionais.

Considerando o desejo da comunidade no que diz respeito ao estabelecimento de eficientes padrões de desempenho na vida acadêmico-administrativo, buscou-se observar os recursos de infra-estrutura disponíveis na Instituição, em termos de microcomputadores integrados em redes de comunicação, condições adequadas dos laboratórios de ensino e pesquisa, ambiente para professores e salas de aula adequadas.

A administração da Universidade, pautada nos princípios da publicidade, moralidade, eficácia, impessoalidade e legalidade, vem desenvolvendo ações no sentido de dar transparência à gestão universitária. Para isso, é de fundamental importância a consolidação do SIE (Sistema para Informatização do Ensino). Diante disso, vem-se investindo na aquisição de equipamentos de informática, em uma tentativa de modernizar as atividades acadêmico-administrativas.

No âmbito administrativo, várias ações estão sendo consolidadas, a exemplo da terceirização dos serviços de limpeza, jardinagem, portaria e vigilância, estando em fase de conclusão, também, os projetos de terceirização dos serviços de condução de veículos, de manutenção de equipamentos, abastecimento de veículos, telefonia fixa, transferência de dados, videoconferência, reprodução de documentos e gestão dos espaços físicos, que serão totalmente implantados até o fim do primeiro semestre de 2007.

O processo de terceirização nas Ifes vem ocorrendo porque a extinção de cargos públicos e a impossibilidade de novas vagas – por exemplo, de vigilantes, de auxiliares de limpeza/apoio, de motoristas, entre outras – têm comprometido o estabelecimento de metas que visem a um maior desenvolvimento da Universidade.

Para tornar mais claro esse cenário, basta ver o que ocorre com as terceirizações de vigilância e limpeza, que passaram a comprometer o orçamento de custeio, o que, na realidade, deveria ser despesa com pessoal. É importante registrar que as Ifes vêm lutando para a reversão dessa situação, pois o impacto dessa despesa tende a comprometer significativamente o custeio institucional, uma vez que toda terceirização possui, embutido em seus custos, o lucro das empresas.

No que tange ao desenvolvimento humano na UFT, apesar dos esforços e ações já demonstrados pelo Governo Federal quanto à reposição do quadro de pessoal nas Ifes, configura-se ação estratégica ampliar o número de servidores docentes e técnico-administrativos, haja vista a escassez de pessoal vivida pela Instituição.

Depois de mais de dois anos de funcionamento, a UFT conseguiu realizar concurso para preenchimento de 358 vagas de servidores técnico-administrativos de nível médio e superior. Apesar disso, a Universidade ainda apresenta um quadro de servidores insuficiente, o que pode comprometer o desenvolvimento pleno das atividades acadêmicas e administrativas.

5.1 Objetivos e Metas Específicos

Os objetivos e metas específicos serão apresentados na forma de programas e ações que vêm sendo desenvolvidos por meio da Pró-Reitoria de Administração e Finanças e das Diretorias de Obras, de Informática e de Comunicação.

Desenvolvimento Humano

Considerando o desenvolvimento humano como uma condição essencial para qualquer organização, a UFT, por meio da Pró-Reitoria de Administração e Finanças, vem desenvolvendo uma importante política nesse sentido, com ações voltadas para a formação e valorização dos servidores. Em face disso, a Universidade criou a Diretoria de Desenvolvimento Humano, que está implantando uma gestão de desenvolvimento humano orientada pela geração e difusão do conhecimento, liberdade de criação, auto-estima e responsabilidade.

Valorização e Desenvolvimento Humano

Antecedentes Gerais

Promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável demanda a busca de ações que concretizem políticas harmônicas coordenadas e orientadas para resultados. Para tanto, faz-se necessário integralizar e unificar as políticas de gestão de recursos humanos e de desenvolvimento do corpo docente e técnico-administrativo, para o exercício pleno de suas funções e de sua cidadania, bem como para a valorização da função pública, através de um modelo de gestão por competência.

Diretrizes

- Promover conhecimento sobre a função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da Instituição, da conduta do servidor público e de sua integração ao ambiente institucional.
- Promover mecanismos necessários à implantação do plano anual de capacitação.
- Criar mecanismos para uma cultura de gestão colegiada.
- Promover condições para que a Comissão Interna de Supervisão desenvolva seus trabalhos de maneira eficaz.
- Aprovar instrução normativa sobre os projetos integrados ao programa “Gestão por Competências”.
- Criar mecanismos de incentivos específicos para implementação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos.
- Desenvolver mecanismos de incentivo à atuação de servidores como facilitadores, instrutores e multiplicadores em ações de capacitação.
- Promover a disseminação das políticas de recursos humanos e orientação técnica para execução dos trabalhos.
- Buscar a valorização permanente do servidor docente e técnico-administrativo, com o respeito à liberdade de expressão e organização.
- Estabelecer o mérito e a qualificação como critérios para o desenvolvimento na carreira de todos os servidores da UFT.

- Conduzir eticamente todos os campos de atividades, com estrita observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.
- Analisar o quadro funcional, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional.
- Identificar as possibilidades de compatibilização entre planejamento estratégico organizacional e de governo no âmbito da gestão de recursos humanos.
- Estabelecer critérios e normas para a implementação do Programa “Gestão por Competências”, bem como para a participação em eventos de treinamentos presenciais, a distância e capacitação “E-Learning” para os servidores da UFT.

Ações

- Elaborar cartilha/manual do servidor, objetivando oferecer-lhe um conjunto de informações sobre a importância dos aspectos profissionais vinculados à formulação, ao planejamento, à execução e ao controle das metas institucionais, além da legislação vigente.
- Elaborar plano anual de capacitação.
- Criar instância colegiada para a gestão de pessoal.
- Elaborar instrução normativa para participação do servidor nos eventos de capacitação/qualificação, devendo este também realizar tais eventos.
- Analisar processos de trabalho para indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas.
- Identificar a necessidade de realização de concurso público, a fim de atender às demandas institucionais.

Programa “Gestão por Competências”

O Programa “Gestão por Competências” (PGC), da Diretoria de Desenvolvimento Humano da UFT, tem como referencial as estratégias institucionais, direcionando as ações mediante a captação, retenção e desenvolvimento de competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos, de modo que exista sinergia entre os mecanismos de desenvolvimento da carreira e os de operacionalização das estratégias.

O PGC prevê, entre suas ações, atividades visando à formulação e implementação de um novo modelo de administração pública e, especialmente, ao aprimoramento das competências, buscando a eficiência e a eficácia das atividades desenvolvidas pelos servidores, objetivando, também, a implementação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Tocantins.

Objetivos

- Promover políticas permanentes de qualificação continuada e progressiva para os servidores técnico-administrativos.
- Identificar a necessidade de recomposição dos quantitativos de pessoal técnico-administrativo, para atender à demanda existente, e planejar sua ampliação, quantitativa e qualitativamente, bem como os projetos de expansão.
- Superar a dispersão e a fragmentação existentes na área de gestão de recursos humanos.

- Modernizar e adaptar o ambiente de trabalho – da melhor forma possível – às necessidades das diversas áreas, ao mesmo tempo em que atenda às demandas de melhores serviços para a sociedade.
- Desenvolver ações necessárias à implantação de políticas permanentes de qualificação.

O programa “Gestão por Competências” subsidiará os cinco projetos subsequentes.

Projeto 1

DESCRIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

Objetivo Geral

Identificar pessoas com as características adequadas para cada cargo, visando ao alcance dos objetivos da Instituição de forma eficaz e eficiente, respeitando a singularidade de cada servidor.

Objetivos Específicos

- Criar bancos de dados com informações pertinentes aos cargos e funções existentes, bem como à disponibilidade e perfil dos servidores.
- Indicar se os profissionais estão bem integrados em seus cargos e tarefas dentro da Instituição.
- Identificar a força de trabalho e sua composição.

Ações

- Elaborar instrumentos que viabilizem a descrição de cargos e funções.
- Descrever os cargos/funções e suas atividades em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho da Instituição.
- Elaborar banco de dados de cargos e funções de todos os servidores técnico-administrativos.
- Aplicar a matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho.
- Comparar a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes.

Projeto 2

ELABORAÇÃO DE FLUXOGRAMAS SETORIAIS

Objetivo Geral

Conhecer o real funcionamento de todos os componentes dos métodos administrativos utilizados na Instituição, para uma visualização racional, clara, concisa e integrada dos mesmos e suas repercussões, tanto positivas quanto negativas, nos processos administrativos, objetivando propor a necessária adequação desses métodos.

Objetivos Específicos

- Identificar os fatores, variáveis e circuitos de informações relacionados ao processo de trabalho, bem como as unidades organizacionais envolvidas no mesmo.
Levantar informações sobre distorções do processo decisório e condições de trabalho, analisando a distribuição de cargos e funções e suas respectivas relações funcionais no processo administrativo.

Ações

- Elaborar instrumentos técnicos de representação gráfica, de forma que sua visualização seja clara, concisa e de fácil leitura.
- Identificar os principais processos de trabalho de cada setor.
- Elaborar fluxos dos principais processos de trabalho.
- Analisar os fluxos elaborados, identificando-se os pontos fortes e eliminando-se os pontos fracos que intervêm nas operações do método administrativo.

Projeto 3

DIMENSIONAMENTO DAS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DE PESSOAL E MODELO DE ALOCAÇÃO DE VAGAS

Objetivo Geral

Identificar e analisar a composição do quadro de pessoal da UFT, sua estrutura e suas competências, os processos e condições de trabalho, a composição etária e de saúde ocupacional dos servidores e as condições tecnológicas nos setores, criando-se a Matriz de Alocação de Cargos e os critérios de distribuição de vagas, considerando a situação ideal em relação à real.

Objetivos Específicos

- Analisar o quadro de pessoal, inclusive a composição etária e de saúde ocupacional.
- Analisar a estrutura organizacional da Instituição e suas competências.
- Identificar os processos e condições de trabalho.
- Identificar as condições tecnológicas e propor racionalização dos processos de trabalho e inovações tecnológicas cabíveis.
- Indicar a necessidade de abertura de vagas por meio de concurso para suprir as necessidades institucionais, prevendo-se, inclusive, a expansão de cursos e serviços.

Ações

- Levantar a real força de trabalho e sua composição em cada setor, considerando seus vínculos empregatícios (servidores do quadro, terceirizados em suas mais diversas formas de contrato, estagiários e bolsistas).
- Descrever as atividades dos setores, em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho.

- Levantar as condições de trabalho, a composição etária e de saúde ocupacional e as condições tecnológicas de trabalho.
- Levantar os processos de trabalho, indicando as necessidades de racionalização destes.
- Aplicar a matriz de alocação de cargos e demais critérios para estabelecer a real necessidade de servidores.
- Comparar o quadro de servidores com a real necessidade, com vistas à proposição de ajustes.
- Identificar a necessidade de abertura de vagas para preenchimento por concurso, a fim de atender às necessidades institucionais.
- Identificar a necessidade de criação de vagas para atender à expansão de cursos e serviços.
- Identificar a necessidade de redefinição da estrutura organizacional e as competências das unidades da Instituição.

Projeto 4

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

Objetivo Geral

Criar mecanismos de estímulo para capacitação continuada, possibilitando aos servidores técnico-administrativos qualidade e competência técnica na execução de seus trabalhos e potencializando o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional.

Objetivos Específicos

- Capacitar o servidor para o exercício de suas atividades, de forma articulada com a função social da Instituição.
- Promover capacitação profissional e desenvolvimento pessoal.
- Obter compromisso dos servidores em relação aos objetivos traçados.
- Apresentar melhorias nos níveis de produtividade, qualidade e satisfação dos usuários.
- Atender às demandas de qualificação dos diversos setores de trabalho, visando a um melhor desempenho das atividades vinculadas ao ambiente organizacional em que o servidor atua e ao cargo que ocupa.
- Promover a inter-relação entre ambientes, visando à capacitação do servidor para o desenvolvimento de atividades relacionadas e desenvolvidas em mais de um ambiente organizacional.
- Estabelecer clima de confiança, motivação e cooperação entre servidores, aprimorando as relações intra e interpessoais.
- Capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública.

Ações

- Levantar as necessidades de capacitação e desenvolvimento.
- Desenhar o programa de capacitação e desenvolvimento objetivando atender às necessidades identificadas.
- Implantar e acompanhar o programa de cursos internos e externos.

- Verificar os resultados alcançados no programa de capacitação, ou seja, promover a avaliação do programa.

Projeto 5

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento institucional e profissional, a política de gestão de pessoas e a melhoria dos serviços prestados à comunidade.

Objetivos Específicos

- Identificar desequilíbrios funcionais e deficiências organizacionais.
- Criar clima de exigência e de transparência na ação dos serviços e aferir mérito para progressão.
- Avaliar o desempenho coletivo e individual funcional do servidor técnico-administrativo, considerando as condições de trabalho.
- Auxiliar nas decisões sobre políticas de incentivos.
- Fornecer indicadores que subsidiem o planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento pessoal da Instituição.
- Propiciar condições favoráveis à melhoria dos processos de trabalho.
- Subsidiar a elaboração do plano de capacitação.
- Subsidiar o dimensionamento das necessidades institucionais, de pessoal e de políticas de saúde ocupacional.
- Avaliar anualmente as ações da Universidade, as atividades das equipes de trabalho, as condições de trabalho e as atividades individuais, inclusive das chefias.
- Organizar e regulamentar formas sistemáticas e permanentes de participação dos usuários na avaliação dos serviços prestados.

Ações

- Elaborar instrumentos para avaliação de 360° (avaliando e avaliador divididos em grupos, realizando-se avaliação mútua).
- Estabelecer diretrizes, critérios e normatizações sobre o processo de avaliação, promovendo a ampla divulgação dos mesmos.
- Realizar avaliação de desempenho funcional.
- Analisar a cultura e o clima organizacional por meio de questionários específicos dirigidos aos gestores e colaboradores.
- Identificar as deficiências e tentar corrigi-las.

Modernização Administrativa

A Política de Modernização Administrativa está sendo desenvolvido pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças, que não perde de vista a estrutura *multicampi* da UFT. Isso significa que o seu desenvolvimento depende, fundamentalmente, da sua capacidade de

introduzir modernizações contínuas no seu sistema organizacional e gerencial, voltadas à racionalização e eficiência administrativa.

Ações

- 1 - Construir uma gestão administrativa descentralizada e participativa.
- 2 - Apoiar os coordenadores dos *campi* no sentido de consolidar a estrutura *multicampi*.
- 3 - Disponibilizar as informações institucionais.
- 4 - Fortalecer as instâncias colegiadas decisórias.
- 5 - Sistematizar as informações institucionais.
- 6 - Implantar metodologia de alocação interna de recursos.
- 7 - Construir indicadores que evidenciem eficiência e eficácia na gestão.
- 8 - Elaborar relatório de gestão e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica.
- 9 - Praticar gestão democrática, transparente e participativa em todos os níveis da estrutura administrativa da Universidade, garantindo participação e voto para representantes dos alunos, dos técnicos administrativos e dos professores.
- 10 - Adotar como princípio da administração o planejamento estratégico e participativo, este entendido como ferramenta de modernização da gestão universitária.
- 11 - Assegurar e viabilizar as atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão.
- 12 - Implantar sistema de administração por unidade de custos.
- 13 - Promover a melhoria da qualidade dos processos administrativos.
- 14 - Estruturar a prestação de serviços e a captação de recursos financeiros.
- 15 - Planejar de forma integrada as ações institucionais.
- 16 - Apresentar e disponibilizar sistematicamente relatórios de prestação de contas na página da Universidade.
- 17 - Estabelecer políticas de segurança comunitária e patrimonial para o quinquênio 2007-2011.
- 18 - Definir políticas de transporte para atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão.
- 19 - Implementar sistema de avaliação periódica dos serviços terceirizados (vigilância, limpeza, jardinagem, reprografia, portaria, etc).
- 20 – Gerenciar estrategicamente o setor de recursos materiais.
- 21 – Coordenar a movimentação patrimonial da Universidade.
- 22 - Legalizar os imóveis da Instituição.

Adequação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão

O programa de reestruturação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão vem sendo desenvolvido por meio das Diretorias de Obras e de Informática, objetivando modernizar e ampliar os espaços físicos e implantar sistemas de informação que possam contribuir para o gerenciamento do desenvolvimento institucional.

A Universidade Federal do Tocantins, observando a legislação sobre a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais (Decreto-Lei 5.296, de 2 de novembro de 2004, que regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000), está ampliando e reformando os espaços físicos em consonância com a legislação.

Ações

- 1 - Elaborar o plano diretor de obras da UFT.
- 2 – Ampliar e adequar os espaços físicos para atender ao plano de expansão do ensino, da pesquisa e pós-graduação da UFT.
- 3 - Estabelecer um plano de manutenção preventiva e corretiva.
- 4 - Melhorar as condições de trabalho, acesso e permanência na Universidade.
- 5 – Acompanhar e orientar os servidores e alunos quanto aos ambientes insalubres na Universidade.
- 6 - Disponibilizar alternativas de suporte aos portadores de necessidades especiais.
- 7 - Promover e incentivar o uso de metodologias digitais em todos os níveis da Instituição.
- 8 - Melhorar o acesso aos recursos tecnológicos de informação.
- 9 - Implantar o gerenciamento integrado de documentos eletrônicos.
- 10 - Incentivar a utilização de *softwares* livres, promovendo-se continuamente a capacitação da comunidade acadêmica.

Comunicação Social e divulgação das informações da Universidade

A política de comunicação da UFT consiste em construir e projetar a imagem de uma universidade forte e autônoma, integrada no contexto socioeconômico do Tocantins e da Amazônia, conforme missão e visão de futuro definidas no Planejamento Estratégico da Instituição.

Tal política tem norteado o Projeto de Comunicação e Divulgação, que vem sendo implementado pela Diretoria de Comunicação (Dicom) desde setembro de 2003, de acordo com as disposições orçamentárias e de pessoal.

A imagem projetada vem consolidando-se, uma vez que a UFT tem recebido, a cada ano, um número crescente de candidatos em seu processo seletivo, tendo, também, firmado novas parcerias em vários níveis e instâncias e obtido um bom nível de aceitação da opinião pública diante dos desafios que se impõem em seu cotidiano.

Nesse contexto, a Diretoria de Comunicação tem centrado suas ações para dar visibilidade ao que se produz em nível de ensino, pesquisa, extensão e cultura, além de, internamente, encarar e buscar resolver problemas e indefinições que permeiam o dia-a-dia da Universidade, além de contribuir para o fortalecimento da capacidade das equipes, aumentar os índices de satisfação no ambiente de trabalho e ampliar a capacidade de inovar, entre outras ações.

Para alcançar os objetivos propostos, a Diretoria de Comunicação vem implementando ações efetivas na área, além de projetar outras a serem cumpridas no quinquênio.

Ações

- Elaboração de informativo diário na Internet.
- Elaboração de informativo diário impresso.
- Elaboração de jornal institucional com periodicidade quinzenal.
- Cobertura sistemática de eventos internos.
- Criação, atualização e manutenção do sítio (com apoio técnico da Diretoria de Informática).
- Apoio à organização de eventos, por meio de trabalhos de criação, arte-final, impressão e projetos de *marketing* para captação de recursos, entre outros.

- Elaboração de campanhas publicitárias para divulgação de cursos de especialização e mestrado, entre outras.
- Implantação da Rádio Universitária (em negociação – Andifes/MEC/MC) – FM e *Web* rádio.
- Implantação da TV Universitária.
- Implantação de um jornal para a comunidade (UFT Comunidade).
- Aperfeiçoamento dos canais internos de comunicação, como a ampliação e modernização do sistema de murais internos e implantação dos boletins CONSUNI/CONSEPE, entre outras ações.
- Implantação e consolidação da editora da Universidade.

5.2 – Organização Acadêmica e Administrativa

A organização administrativa da UFT está explicitada no art. 2º do Regimento Geral da Universidade (ANEXO I) - "A Fundação Universidade Federal do Tocantins, constituindo uma unidade de patrimônio, organização administrativa e acadêmica, compreende em sua estrutura:

I - órgãos superiores;

II - órgãos de gestão das unidades de ensino, pesquisa e extensão;

III- órgãos de coordenação de natureza acadêmica.

A administração terá um órgão máximo deliberativo e normativo (o Conselho Universitário), um órgão deliberativo e consultivo em assuntos didático-científicos (o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), um órgão executivo (a Reitoria) e um órgão consultivo (o Conselho de Desenvolvimento da UFT).

A administração dos *campi* terá um órgão deliberativo (o Conselho Diretor do *Campus*) e um órgão executivo (a Direção do *Campus*).

O artigo 3º do Regimento Geral da Universidade (2003) define que o Conselho Universitário é o órgão supremo deliberativo da UFT, tendo a composição e as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Universidade e pelo Regimento Geral. (ANEXO II)

Atividades de ensino

Os cursos de graduação da UFT têm por objetivo formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com vistas ao cumprimento de sua responsabilidade social no contexto nacional e regional.

Em sintonia com os avanços que estão acontecendo no mundo, em termos de modernização tecnológica e didático-pedagógica das atividades de ensino, não se pode deixar de dar destacada atenção à Educação a Distância.

Para tanto, as condições iniciais estão sendo criadas. Em 2005, foram criados três cursos de licenciatura em Biologia na modalidade a distância. Esse será, sem dúvida, um caminho promissor na democratização do acesso ao ensino superior no estado do Tocantins.

Nesse sentido, as atividades de ensino estão comprometidas com:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- integração com os demais níveis e modalidades de ensino;
- igualdade de condições para o acesso e permanência dos discentes na Instituição;
- manutenção de padrões elevados de qualidade na formação nos cursos de graduação;
- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- gestão democrática e colegiada dos cursos de graduação;

- implantação de política de avaliação docente, discente e de programas;
- promoção da diversidade cultural e da identidade, da ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais – em especial das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras.

Ações que têm sido desenvolvidas visando à melhoria dos cursos e ao acesso e permanência dos alunos nos cursos de graduação:

- realização do I Fórum de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura, com o objetivo de incluir a comunidade acadêmica na discussão de políticas de graduação, pesquisa, pós-graduação e extensão da UFT;
- realização bienal do Congresso Científico e anual do Seminário de Iniciação Científica;
- realização de semanas acadêmicas;
- implantação de programas que contribuam para a permanência dos estudantes na Instituição;
- reconhecimento e valorização das diversidades regionais nas novas propostas curriculares;
- inclusão do TCC nos cursos de graduação visando à produção de conhecimento e à reflexão sobre questões locais e regionais nas diversas áreas do conhecimento como meio indutor da responsabilidade social;
- oferta de curso de Biologia a Distância exclusivamente para professores que atuam na educação básica sem a devida titulação e para egressos de escola pública;
- participação de professores em comissões e representações da Secretaria Estadual de Educação, visando à reformulação do currículo da educação básica;
- disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas em cada um dos cursos de graduação para a inclusão racial de indígenas;
- ampliação do acervo e informatização das bibliotecas dos sete *campi*;
- capacitação de recursos humanos (professores e corpo técnico-administrativo) para atendimento aos alunos com necessidades especiais;
- preparação de infra-estrutura laboratorial e de material didático para acompanhamento de alunos com necessidades especiais;
- implantação de programa de monitoria remunerada e voluntária em todas as disciplinas dos cursos de graduação;
- implantação dos programas “Mobilidade Acadêmica” e “Aluno-Convênio”, em âmbito nacional e internacional;
- implantação de programas PET, PEC-G, PIBIC, PIVIC e BITEC;
- realização de convênios com empresas e universidades, em âmbito nacional, para realização dos estágios curriculares e extracurriculares;
- informatização do sistema acadêmico com o objetivo de propiciar ao aluno o acesso às informações e registros acadêmicos, assim como a realização da renovação da matrícula via *web*;
- reformulação do Projeto Político-Pedagógico de todos os cursos, com acompanhamento pedagógico da PROGRAD, através da realização de encontros e seminários nos *campi*, tendo como princípios básicos:
 - entendimento do papel do projeto político-pedagógico;
 - integração entre graduação e pós-graduação;
 - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - fortalecimento da relação entre a teoria e a prática;

- superação dos problemas de retenção e evasão na Universidade;
- incentivo à iniciação científica e às atividades de monitoria;
- compromisso social, econômico e cultural dos cursos em relação à comunidade;
- discussão sobre o perfil desejado para os profissionais das áreas dos cursos oferecidos pela Universidade;
- exercício da flexibilização curricular;
- redefinição do tempo de cada curso;
- vínculo com a formação continuada.

À luz da sua organização administrativa e acadêmica, a Universidade Federal do Tocantins vem atuando nos mais diversos segmentos da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, objetivando sempre ofertá-los com qualidade a toda a sociedade. Por meio dos indicadores de gestão, a Instituição procura expressar o esforço que vem sendo feito para alcançar o êxito no desenvolvimento de suas atividades-fim.

Tabela I - Indicadores de gestão

DESCRIÇÃO	INDICADORES		VARIAÇÃO
	2005	2006	
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	4.387,54	5.488	+ 25,08%
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	11,23	14,18	+ 26,27%
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	15,18	17,27	+ 13,77%
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	0,74	0,82	+ 10,81%
Grau de envolvimento discente com pós-graduação (GEPG)	0,001	0,009	+ 800,00%
Conceito Capes/MEC para Pós-Graduação	3,00	3,00	0,00%
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,04	3,12	+ 2,63%
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,47	0,47	0,00%

Fonte: Núcleo de Estatística e Planejamento

Organização do corpo docente

Formas de ingresso na Universidade Federal do Tocantins:

- I - vestibular;
- II - alunos de outras IES;
- II – portador de diploma de nível superior;
- III - PEC-G – (Programa Estudante Convênio/Graduação).

Organização e desenvolvimento humano na Instituição

A Universidade Federal do Tocantins, por ser uma universidade recém-criada, possui um quadro docente predominantemente jovem, tendo o primeiro ingresso de professores ocorrido em maio de 2003. Entretanto, apesar de recém-criada, possui um quadro permanente bastante qualificado, com cerca de um terço formado por doutores atuando nas discussões de relevantes temas regionais.

O Governo Federal ainda não implementou um plano de carreira para a área docente, mas existem alguns incentivos específicos para a categoria, que, de certa forma, impelem o servidor ao aprimoramento de seus conhecimentos.

Um desses incentivos é a possibilidade de progressão por titulação. O docente que se encontra na categoria de professor assistente, por ter o título de mestre, passa, ao concluir o doutorado, para a categoria de professor adjunto. Por consequência, há um acréscimo no valor de seu vencimento.

O professor auxiliar, da mesma forma, quando alcança a titulação de mestre, também consegue uma progressão por titulação. Além desse incentivo, também há a progressão por tempo de serviço, quando, a cada dois anos, o servidor passa por uma avaliação e, se bem pontuado, passa para o nível subsequente da tabela de progressão, chamada, nesse caso, horizontal.

Tabela II - Docentes por regime de trabalho – Dezembro de 2006

DOCENTES						
Regime de Trabalho/ Classe	Efetivos			Substitutos		TOTAL
	DE	40h	20h	40h	20h	
Associado	2	-	-	-	-	2
Adjunto	115	8		3	2	128
Assistente	226	25	1	10	4	266
Auxiliar	2	3	1	57	57	120
TOTAL	345	36	2	70	63	516

Fonte: Coordenação de Pessoal

Corpo técnico-administrativo – estruturação e políticas de qualificação e carreira

A Universidade Federal do Tocantins completou seu quadro permanente de técnicos administrativos em fevereiro de 2006, com o ingresso de 358 novos servidores, por meio de concurso público. Desde então, foram lançados programas de treinamento e desenvolvimento, com o objetivo de dar o suporte técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos.

Como a formação do quadro de pessoal técnico-administrativo é recente, essa categoria ainda se encontra em fase de adaptação à Universidade. Entretanto, grande parte deste quadro possui uma formação acima do exigido para o cargo.

Considerando o pessoal concursado de nível médio, muitos, por exemplo, já possuem ou estão cursando graduação, especialização e mestrado. Na prática, a falta de experiência tem sido compensada pela boa formação dos que ingressaram, formação esta aliada à motivação natural de quem está ingressando em um novo emprego.

Os servidores técnico-administrativos da Universidade dispõem do plano de carreira, instituído pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, reformulou toda a base salarial dos servidores a ele vinculados, bem como estabeleceu parâmetros de progressão na carreira baseados na qualificação e capacitação, bem como no tempo de serviço.

Entretanto, o maior entrave à manutenção e motivação do pessoal que ingressa por meio de concurso público ainda é a tabela remuneratória, principalmente para o pessoal de nível superior, cujos salários não são compatíveis com os praticados no mercado de trabalho, tirando o incentivo para a permanência dos mesmos.

Paralelamente a essa questão, foi implantado o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos da Universidade Federal do Tocantins (PDIPCCTAE).

Tabela III – Técnicos administrativos de nível superior

Formação acadêmica	Quantidade
Administrador	38
Arquiteto e urbanista	2
Assistente social	1
Bibliotecário	8
Biólogo	4
Contador	4
Economista	2
Enfermeiro	2
Engenheiro	4
Farmacêutico	1
Jornalista	4
Médico veterinário	2
Pedagogo	8
Psicólogo	1
Analista de tecnologia da informação	4
Programador visual	2
Químico	2
Técnico em assuntos educacionais	19
TOTAL	108

Tabela IV - Técnicos administrativos de nível médio

Função	Quantidade
Assistente em administração	226
Desenhista projetista	2
Técnico em agropecuária	12
Técnico em audiovisual	3
Técnico em contabilidade	6
Técnico em tecnologia da informação	5
Técnico em eletroeletrônica	4
Técnico em laboratório	22
Técnico em telecomunicações	2
Vigilante	2
Auxiliar administrativo	1
Cozinheiro	2
Mecânico	1
Motorista	1
TOTAL	289

Fonte: Coordenação de Pessoal – novembro de 2006

6 - PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A Universidade Federal do Tocantins oferece regularmente 29 cursos presenciais de graduação em diversas áreas do conhecimento, nos seus sete *campi*, conforme especificações a seguir.

Tabela V - Cursos presenciais oferecidos por *campus* em 2007

<i>Campus</i>	Cursos	Número de alunos
Araguaína	Ciências – Matemática (mat. e not.)	237
	Licenciatura em Geografia (mat. e not.)	362
	Licenciatura em História (mat e not.)	305
	Letras (mat. e not.)	343
	Curso de Zootecnia (integral)	312
	Medicina Veterinária (integral)	293
Total	6	1.852
Arraias	Pedagogia (mat. e not)	233
	Matemática (mat. e not.)	233
Total	2	466
Gurupi	Agronomia (integral)	346
	Engenharia Florestal (integral)	40
Total	2	386
Miracema	Pedagogia (mat. e not.)	
	Serviço Social (not.)	50
Total	2	50
Palmas	Administração (matutino e noturno)	387
	Arquitetura e Urbanismo (integral)	226
	Ciências Contábeis (Noturno)	403
	Ciência da Computação (integral)	242
	Ciências Econômicas (mat. e not.)	393
	Comunicação Social (mat. e not.)	343
	Direito (mat. e not.)	460
	Engenharia Ambiental (integral)	322
	Engenharia de Alimentos (integral)	292
	Medicina (integral)	40
	Pedagogia (noturno)	395
Total	11	3.503

Cursos presenciais oferecidos por *campus* em 2007 (continuação)

<i>Campus</i>	Cursos	Número de alunos
Porto Nacional	Ciências Biológicas (integral)	291
	Geografia (integral)	272
	História (mat. e not.)	235
	Letras (mat. e not.)	306
Total	4	1.104
Tocantinópolis	Ciências Sociais	50
	Pedagogia (mat. e not.)	287
Total	02	337
Total geral	29	7.698

Fonte: PROGRAD

Tabela VI - Cursos a distância oferecidos por *campus* em 2007

<i>Campus</i>	Curso	Número de alunos
Araguaína	Biologia	25
Arraias	Biologia	25
Gurupi	Biologia	25
Total		75

Fonte: PROGRAD

Cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*

A Universidade Federal do Tocantins, pautada pela sua missão institucional, dará ênfase aos programas de pós-graduação, principalmente os *stricto sensu*, uma vez que compreende que os mesmos são fundamentais para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no estado.

A orientação dos programas de especialização e de mestrado está em consonância com os objetivos estratégicos e com as áreas prioritárias definidas na Instituição.

Tabela VII – cursos de mestrado autorizados pela Capes

Nome do Curso	<i>Campus</i>	Curso/Vínculo
Mestrado em Ciências do Ambiente	Palmas	Multidisciplinar
Mestrado em Arquitetura (Minter)	Palmas	Arquitetura
Mestrado em Ciências Animal Tropical	Araguaína	Zootecnia
Mestrado em Planejamento Regional e Agronegócios	Palmas	Multidisciplinar
Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi	Agronomia
Mestrado em Ciências da Saúde	Palmas	NEST

Fonte PROPESQ

Tabela VIII – Cursos de doutorado (Dinter)

Nome do Curso	<i>Campus</i>	Instituição
Doutorado em Educação	Palmas	UFG/UFT
Doutorado em História Social	Palmas	UFRJ/UFT
Doutorado em Medicina Veterinária	Araguaína	UFG/UFT

Fonte: PROPESQ

Programa de Iniciação Científica

Atualmente, a Universidade desenvolve o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, nas modalidades PIBIC e PIVIC, conforme explicita a tabela abaixo.

Tabela IX - Distribuição de alunos no Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/PIVIC

Modalidade	Qtde de alunos 2005	Qtde de alunos 2006	Variação %
PIBIC/UFT	40	40	-
PIBIC/FAPTO	10	14	40
PIBIC/CNPq	31	46	48
PIVIC	10	25	150
TOTAL	91	125	238

Fonte: PROPESQ

7 - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A Universidade Federal do Tocantins é mantida com recursos federais, mas, ano a ano, vem crescendo a preocupação dos gestores em aumentar a importância e a participação

de recursos próprios e oriundos de convênios no total dos recursos orçamentários executados pela Instituição.

Tabela X - Alocação de recursos por grupo de despesa – 2007

GND		PL	Emendas	Autógrafo
1	Pessoal e encargos sociais	41.435.817,00		41.435.817,00
2	Benefícios assistenciais	1.720.316,00		1.720.316,00
3	Outras despesas correntes	11.290.093,00	450.000,00	11.740.093,00
4	Investimentos	3.500.000,00	100.000,00	3.600.000,00
Total		57.946.226,00	550.000,00	58.496.226,00

Fonte: Núcleo de Controle Orçamentário – PROAD

Tabela XI - Evolução do orçamento no período 2006-2007

GND		2006	2007	Δ
1	Pessoal e encargos sociais	41.242.789,00	41.435.817,00	0,005
2	Benefícios assistenciais	1.656.842,46	1.720.316,00	0,038
3	Outras despesas correntes	9.074.479,00	11.740.093,00	0,294
4	Investimentos	13.587.043,00	3.600.000,00	-0,735
Total		65.561.171,46	58.496.226,00	-0,108

Fonte: Núcleo de Controle Orçamentário – PROAD

No âmbito orçamentário, na condição de instituição pública federal que não goza de autonomia orçamentária e financeira, não é possível estabelecer metas em termos de expansão no que diz respeito ao orçamento, uma vez que o Governo Federal é o mantenedor, a quem cabe, única e exclusivamente, a iniciativa de propor alterações. O projeto de horizontes nesse campo fica restrito ao programa de expansão do Governo Federal e à distribuição interna do orçamento, bem como ao aumento da participação dos recursos próprios no total dos recursos destinados ao custeio da Instituição. Sendo assim, é possível definir as seguintes metas para a UFT, no que tange aos seus aspectos financeiros e orçamentários:

- aumento da participação de recursos próprios no total do orçamento anual da Instituição;
- aumento do percentual dos recursos destinados às atividades-fim;
- proposição e manutenção de um calendário plurianual de apresentação de proposta de orçamento interno e de apreciação da execução orçamentária anual;
- adoção do planejamento estratégico como prática institucional indispensável às atividades operacionais de cada exercício;
- respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional como fundamento determinante na alocação do orçamento interno.

8 - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1 - Avaliação Institucional da Educação Superior: Concepção e Foco

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

Podemos explicitar o foco da avaliação institucional como sendo o de conhecer detalhadamente as estruturas que compõem a Instituição em busca de experiências positivas, distorções, alterações ou deformações acentuadas, que coloquem em risco os objetivos e finalidades da Universidade. Para que esse foco seja de fato estabelecido, é necessária, sempre que possível, a reformulação contínua a partir de ações e proposições visando à adequação e à estabilidade dos elementos que constituem a Instituição.

Em conformidade com a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, destacam-se as diferentes dimensões institucionais a serem consideradas:

- a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- a política para o ensino, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação;
- a responsabilidade social da Instituição (inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, memória, produção artística e patrimônio cultural);
- a comunicação com a sociedade;
- as políticas de pessoal;
- organização e gestão institucionais;
- infra-estrutura física;
- planejamento e avaliação;
- política de atendimento ao estudante;
- sustentabilidade financeira (Lei nº 10.861/04, art. 3º).

Princípios Norteadores

Na elaboração de uma proposta de avaliação institucional, é fundamental que o processo se baseie em princípios que garantam sua relevância, tais como:

- *Participação* - faz-se necessário que a comunidade acadêmica participe do processo de elaboração, efetivação, debate e revisão dos resultados, para que a Universidade como um todo possa visualizar melhor sua própria estrutura.

- *Solidariedade* - a partir do processo de avaliação institucional, é possível potencializar ações no sentido de que os *campi* possam obter uma visão de unidade, buscando-se, com isso, criar uma teia de solidariedade para a partilha de experiências e solução de problemas, visando à melhoria da Instituição.

- *Globalidade* - o processo de avaliação institucional deve considerar a Universidade como um todo, evidenciando a pluralidade e o respeito às suas características, valorizando a Instituição enquanto entidade voltada para os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade brasileira.

- *Respeito à identidade institucional* - é necessário promover o respeito à identidade da Instituição, bem como visualizá-la e localizá-la em seu contexto institucional e social.

- *Não-premiação e não-punição* - a avaliação não deve visar a nenhum mecanismo de premiação ou de punição. Deve visar à melhoria da Universidade.

8.2 Avaliação Institucional: do Sistema Nacional à UFT

Desde o início da década de 90 do século XX, várias instituições de educação superior brasileiras e também o Ministério da Educação vêm procurando implementar um processo de avaliação contínuo nas instituições de educação superior, por meio do Sistema Nacional de Avaliação.

A criação da CEA (Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior) pelo MEC resultou, após intenso período de trabalho, na apresentação de um documento propositivo de novos mecanismos de avaliação que culminem na ampliação da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão universitária no Brasil. Assim, criou-se o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

O documento trata, de forma aprofundada, dos mecanismos já utilizados e propõe novos enfoques avaliativos, representando um avanço significativo, do ponto de vista governamental (regulador), no processo contínuo e sistemático das avaliações que vêm sendo implantadas pelo MEC na educação superior brasileira.

Apesar de seu caráter essencialmente estruturalista, centrado na função desempenhada pela educação superior, o SINAES tem o mérito de associar as atividades acadêmicas sem estabelecer critérios de prioridade. Dessa forma, representa um avanço na compreensão de um sistema nacional de educação superior voltado para a valorização, tanto interna quanto externa, de todas as atividades desenvolvidas, permitindo maior articulação entre as instituições de ensino superior e a sociedade em geral, respeitando tais instituições e suas vocações específicas e gerais. O SINAES ressalta a auto-avaliação – com destaque para a participação da comunidade universitária – articulada com a avaliação externa de especialistas.

Composto por um conjunto de diretrizes para as avaliações, o documento sugere a criação de novos instrumentos de avaliação – a auto-avaliação (interna), a avaliação externa, a avaliação das condições de ensino e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) –, associando-os aos instrumentos de informação, como o Censo da Educação Superior, o Cadastro das Instituições e Cursos, o Sistema de Registro da Capes e da Secretaria da Educação Média e Tecnológica/MEC, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político-Pedagógico.

Após proposição do SINAES pela CEA e depois dos debates com a sociedade, a proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 14 de abril de 2004 (Lei n.º 10.861).

O SINAES tem os seguintes objetivos: melhoria da qualidade da educação superior, orientação da expansão da sua oferta, aumento permanente da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e, especialmente, promoção e aperfeiçoamento do compromisso e da responsabilidade social das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (art.1º, §1º).

O texto da Lei manteve, em linhas gerais, a proposta de avaliação da educação superior, publicada pela CEA em agosto de 2003. Uma das principais alterações ocorreu na avaliação do ensino de graduação, proposta originalmente com o nome de Paidéia, passando a Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –, que substituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC ou Provão), com aplicação trienal em todos os cursos de graduação, por amostragem.

A letra da Lei deixa a cargo da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) a coordenação e supervisão do SINAES, prevendo a formação de uma

comissão própria de avaliação, com vistas à condução dos processos de avaliação institucional interna, bem como de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP (art.11).

A Universidade Federal do Tocantins, no sentido de construir a Avaliação Institucional, iniciou o processo em outubro de 2003, criando a Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA). A partir de então, esforços foram concentrados para compor a referida Comissão por meio da participação de um representante docente por *campus*, de representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e de um representante da sociedade civil.

Em meio às discussões acerca da instalação, identidade, autonomia e elaboração do plano de ação, entre os meses de outubro de 2003 e abril de 2004, foi possível constituir a Comissão com as respectivas representações e unidades.

Os membros da CPA (Comissão Própria de Avaliação) participaram da IV oitiva, realizada no MEC, no dia 1º de junho de 2004, com a temática voltada para a avaliação da educação superior no âmbito da reforma universitária, ocasião em que a CPA realizou um primeiro encontro com membros do CONAES e com o Diretor de Estatística da Educação Superior do INEP para tratar do processo de avaliação da Universidade Federal do Tocantins.

A Comissão participou de mais dois encontros convocados pelo MEC/INEP para tratar do processo de avaliação interna. Esses encontros auxiliaram na formatação do processo proposto à comunidade da UFT.

O desafio de construir, no âmbito da Instituição, um processo positivo de envolvimento com a avaliação institucional é, comparativamente às outras instituições federais de ensino superior, algo bastante singular para a Universidade, pois, criada recentemente (no berço originário da Universidade do Tocantins – Unitins), a UFT é uma instituição literalmente em formação, em todos os aspectos. Seus cursos de graduação, projetos de extensão e política de gestão, de pesquisa e pós-graduação direcionam a dinâmica e a existência própria da Instituição, fazendo com que seu deslocamento temporal seja, aos poucos, direcionado às suas reais funções, objetivos e, principalmente, à sua missão e compromisso com a sociedade.

Seu momento atual indica uma série de obstáculos a serem vencidos, metas a serem alcançadas, programas a serem construídos, indicando, portanto, uma série de elementos vitais para a existência da própria Universidade. Não bastam, porém, apenas a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento desses elementos e mecanismos para a Instituição autolegitimar-se. É necessária uma cultura de avaliação e um constante acompanhamento de suas estruturas internas, para que a Instituição tenha fôlego para permanecer desenvolvendo-se, vencendo, portanto, as dificuldades e limitações impostas pela sua própria natureza e pela sua condição de instituição pública.

Esse monitoramento, que se constitui em acompanhamento e dimensionamento, requer uma análise mais detalhada de seus indicadores e referenciais, imprescindíveis para o diagnóstico de qualquer situação, com vistas a proposições e ações efetivas que visem à compreensão do sistema institucional. Aqui adentramos na avaliação institucional como um elemento essencial para o bom andamento e conhecimento do caminho percorrido pela Instituição durante sua vida, o que pressupõe a possibilidade (e por que não dizer a necessidade?) de refletir e pensar a partir das informações disponíveis, organizadas, diagnosticadas, analisadas e inferidas, visando-se, assim, a um contínuo processo de reformulação a partir de seus elementos mais intrínsecos e essenciais à dinâmica institucional.

8.2.1 Objetivos

- Geral

Desenvolver um processo permanente de avaliação institucional na UFT, com vistas à proposição de ações voltadas ao aprimoramento e desenvolvimento contínuo da Instituição.

- Específicos:

- refletir sobre a identidade e as ações da Comissão Própria de Avaliação, suas representações e funções, entre as diversas ações avaliativas no âmbito da Instituição.
- promover reflexões sobre a avaliação institucional mais adequada à realidade e às necessidades da UFT, por meio do incentivo à constituição de grupos de estudo e de pesquisa sobre a temática;
- desenvolver, a médio prazo, um programa de avaliação institucional para a Universidade e implementá-lo, usando-se como base as propostas da comunidade acadêmica e a legislação, bem como as políticas vigentes no âmbito do Ministério da Educação;
- expandir as relações de intercâmbio entre os diferentes setores da Universidade, agregando dados e fornecendo proposições satisfatórias para o processo de atualização e transformação dos meios acadêmicos e científicos da Instituição;
- incentivar iniciativas de pesquisas e estudos pós-graduados no campo da avaliação institucional.

8.3 Estrutura Organizacional do Processo Avaliativo na UFT

- Formação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- Formação de uma Comissão Setorial de Avaliação (CSA).
- Infra-estrutura básica, composta de espaço próprio e adequadamente constituído, bem como de funcionários técnico-administrativos.

8.4 Roteiro Básico do Processo de Avaliação Institucional

Considerando o processo de avaliação institucional, descreve-se o roteiro básico proposto no documento que fundamentou a Lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Ressalta-se que a elaboração dos indicadores ocorrerá após o momento de sensibilização e formação da Comissão Setorial de Avaliação.

Missão institucional — elementos voltados para a vocação, os compromissos, as finalidades, a visão e os objetivos da instituição. Constituem-se em elementos fundamentais do projeto institucional. A identificação e a avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição definem sua identidade e indicam sua responsabilidade social. Principais programas e processos que conferem identidade à instituição e melhor realizam suas finalidades e objetivos essenciais. Principais contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade. Características principais do clima acadêmico e psico-social da IES.

Corpo de professores/pesquisadores — descrever e qualificar esse conjunto de atores, com respeito à formação acadêmica e profissional, sua situação na carreira docente, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional, compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuição dos encargos, adesão aos princípios institucionais fundamentais, vinculação com a sociedade, forma de admissão na carreira docente, entre outros detalhes..

Corpo discente — descrever e qualificar os estudantes em sua coletividade, considerando como importante a questão da integração de alunos e professores de distintos níveis e sua participação efetiva na vida universitária. É importante conhecer também – para propor soluções – os dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempo médio de conclusão, formaturas, realidade dos ex-alunos, questões da formação profissional, relação professor/aluno, qualidade de vida estudantil e, ainda, o que se considerar relevante.

Corpo de servidores técnico-administrativos – descrever e qualificar o conjunto dos servidores, considerando como importante a questão da integração dos atores da comunidade universitária (servidores, alunos e professores), considerando-se também sua formação profissional, sua situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional, compromisso com a distribuição dos encargos, adesão aos princípios fundamentais da Universidade, vinculação com a sociedade, concursos e outras formas de admissão na carreira, entre outros aspectos.

Currículos e programas — concepção de currículo, organização didático-pedagógica, objetivos, formação profissional e cidadã, adequação às demandas do mercado e da cidadania, integração do ensino com a pesquisa e a extensão, interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular, extensão das carreiras, inovações didático-pedagógicas, utilização de novas tecnologias de ensino, relações entre graduação e pós-graduação e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica — análise das publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica e tudo o que se relacionar a esses assuntos.

Atividades de extensão e ações de intervenção social — vinculação com a sociedade, integração com o ensino e a pesquisa, políticas de extensão e sua relação com a missão da Universidade, transferência de conhecimento, importância social das ações universitárias, impactos das atividades científicas técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional, relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho, participação de alunos, iniciativas de incubadoras de empresas, capacidade de captação de recursos, pertinência e equidade, ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura – análise da infra-estrutura da Instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção do conhecimento. Considerar especialmente as salas de aula, os laboratórios, as bibliotecas, os restaurantes, as áreas de lazer, os sistemas de transporte, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades institucionais.

Gestão – avaliar a administração geral da Instituição e de seus principais setores, na perspectiva da globalidade. Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e os projetos institucionais, a qualidade da democracia interna e, especialmente no que diz respeito aos órgãos colegiados, as relações profissionais. Avaliar as políticas de desenvolvimento e expansão institucional. Em relação ao pessoal administrativo, seu perfil, sua capacitação e políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional. Em relação ao orçamento, averiguar a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos, bem como tudo o que lhe seja pertinente.

Outros – avaliar outros itens não mencionados e que sejam importantes para a Instituição, como, por exemplo, cursos não-universitários, cursos a distância, hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, entre outros, mas sempre tendo em vista as finalidades essenciais e a missão da IES.

8.5 Etapas do Processo de Avaliação Institucional

Sensibilização

- Elaboração de plano de sensibilização para motivar a comunidade interna a participar dos processos de construção da proposta de avaliação institucional e do processo de sua implementação.
- Reuniões de grupos (CPA com Pró- Reitorias, Diretorias e demais segmentos).
- Seminários e palestras.
- Cursos.
- Veículos de comunicação (impressos, Internet).
- Envolvimento dos setores da comunidade externa.

Diagnóstico

- Selecionar fontes de dados.
- Situar a Instituição em relação ao ensino, à pesquisa, à pós-graduação, à extensão e à gestão.
- Elaborar relatório diagnóstico.
- Realizar avaliação interna.
- Avaliar a coerência (ou incoerência) da constituição e da formação do corpo docente com as funções essenciais da Instituição.
- Avaliar as formas e a intensidade do envolvimento dos professores no cumprimento dos principais objetivos institucionais.
- Identificar e avaliar as políticas de formação continuada dos professores, mencionando, quando for o caso, os incentivos claramente estabelecidos na carreira docente e as principais carências e dificuldades.
- Avaliar a articulação/desarticulação entre professores das diferentes disciplinas, dos distintos departamentos, cursos, centros ou áreas.
- Avaliar a equidade da Instituição relativamente às suas políticas de acesso, seleção e permanência de alunos.
- Avaliar a responsabilidade social da Universidade no que tange às suas políticas de abertura e ampliação de vagas, considerando se respondem a critérios de necessidades definidas pelas políticas públicas e pelo desenvolvimento das ciências, letras e artes ou a demandas de mercado.
- Examinar criticamente o conjunto das atividades e recursos institucionais em geral, em termos de favorecimento também da autoformação dos estudantes.
- Identificar e avaliar as medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da Instituição.
- Identificar e avaliar os principais indicadores da qualidade de vida estudantil no espaço institucional (lazer, cultura, atendimento à saúde, facilidade de acesso a pessoas, equipamentos e dependências físicas, participação na vida política, qualidade das relações humanas, condições ambientais, etc.).
- Examinar criticamente a situação de trabalho dos egressos e eventuais interferências nas atividades institucionais.
- Avaliar a efetiva participação dos estudantes, juntamente com os professores, em atividades de ensino, pesquisa e extensão (modalidades, objetivos, incentivos para a criação de empresas juniores e outros projetos conjuntos).

- Avaliar a coerência (ou incoerência) da constituição e da formação do corpo de servidores técnico-administrativos com as funções essenciais da Instituição.
- Avaliar as formas e a intensidade do envolvimento dos servidores no cumprimento dos principais objetivos institucionais.
- Identificar e avaliar as políticas de formação continuada dos servidores, mencionando, quando for o caso, os incentivos claramente estabelecidos na carreira e as principais carências e dificuldades.
- Avaliar o desempenho geral dos servidores técnico-administrativos.
- Avaliar formas de ingresso e progressão na carreira.
- Avaliar programas que tenham como compromisso melhorar a qualidade de vida do servidor.
- Avaliar a coerência/incoerência do conjunto de atividades educativas, em suas formas e conteúdos, com as funções essenciais da Instituição.
- Avaliar os impactos dos currículos, programas e práticas pedagógicas nas atitudes críticas e de investição, nas relações interpessoais, nos hábitos de estudo, na educação contínua e na participação ativa na vida em sociedade.
- Avaliar as práticas e atitudes pedagógicas, considerando se há maior ênfase na transmissão de informações (exteriores ao aluno) ou na experiência pessoal do conhecimento (participação do sujeito).
- Avaliar se os currículos e programas, em suas formas e conteúdos explícitos e implícitos, atendem às demandas atuais da ciência e da vida econômica e social.
- Avaliar se as relações interpessoais, o sistema de comunicação, a estrutura de poder, os hábitos e os códigos de comportamento produzem ou não um clima de respeito, confiança e satisfação.
- Avaliar a pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais e as necessidades pessoais, em suas dimensões econômicas e culturais.

Proposta de Avaliação para Extensão Universitária (Itens 7 e 10 do SINAES)

- Indicar a concepção de extensão e de intervenção social afirmada no projeto institucional, bem como avaliar a efetividade de instrumentos, órgãos e normas de implantação e acompanhamento das ações.
- Avaliar a participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o impacto disso em sua formação.
- Avaliar os impactos das atividades institucionais de extensão e intervenção social em questões como capacitação profissional de setores da comunidade, criação de postos de trabalho e efeitos sobre salários.
- Avaliar os efeitos das atividades voltadas ao melhoramento do ensino formal e, especialmente, da educação básica.
- Avaliar a inserção de setores da comunidade nas novas tecnologias de informação e comunicação.
- Avaliar impactos das atividades da IES na qualidade de vida da população, considerando-se aspectos como educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, criação de organizações econômicas e sociais (cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, etc.) e participação em organizações sindicais e partidos políticos.
- Avaliar a vida em comunidade e a inclusão social de setores marginalizados.

Proposta de Avaliação para Pesquisa e Pós-Graduação (Itens 6, 8 e 10 do SINAES)

- Criar políticas de capacitação contínua do corpo docente, que estimulem as práticas de pesquisa e de reflexão individual e coletiva sobre a própria atividade.
- Avaliar a relevância e a coerência da produção do conhecimento e de suas práticas no que diz respeito aos propósitos essenciais da Instituição, às exigências da ciência e às necessidades da população (relevância científica e social da ciência/produção de conhecimentos e técnicas).
- Julgar as políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de novos pesquisadores.
- Considerar criticamente as políticas institucionais (quando houver) em que estejam claramente definidos as prioridades e os estímulos para o desenvolvimento da pesquisa.
- Avaliar a preocupação institucional em articular a pesquisa com as demais atividades acadêmicas (como, por exemplo, os mecanismos e os resultados pretendidos).

Proposta de Avaliação para a Gestão Universitária (itens 1, 8, 9 e 10 do SINAES)

- Descrever a função central que a Instituição se propõe cumprir, segundo o projeto institucional.
- Analisar as práticas institucionais que concretizam a função central da Instituição, identificando os principais resultados, as dificuldades, as carências, as possibilidades e as potencialidades.
- Analisar a participação dos professores, estudantes e servidores na realização desse projeto institucional, identificando e avaliando as estratégias de motivação.
- Avaliar a pertinência do projeto institucional, tendo em vista as características do entorno social e as demandas objetivas da comunidade regional e da sociedade brasileira, observando-se de que maneira os contextos social, econômico e político interferem nas políticas e nas práticas informais da Instituição.
- Avaliar em que medida os propósitos e fins formais e oficiais da Instituição coincidem com os objetivos realmente perseguidos pelos professores e administradores.
- Avaliar os principais elementos da infra-estrutura, considerando se correspondem às necessidades institucionais, tendo em vista os propósitos oficiais que dizem respeito às funções públicas da Instituição.
- Avaliar se há políticas formalmente estabelecidas para a adequação da infra-estrutura aos fins, no que diz respeito à utilização dos equipamentos, bibliotecas, hospitais, restaurantes, laboratórios, campos experimentais, áreas esportivas e de lazer, espaços livres e outros segmentos.
- Avaliar se o estilo de gestão e as estratégias de tomada de decisões têm ou não favorecido a conscientização dos papéis específicos, as relações sociais de trabalho e a promoção de valores e mecanismos de desenvolvimento institucional.
- Avaliar se predominam na gestão as finalidades educativas (formação de cidadãos e produção de conhecimento) ou as rotinas burocráticas.
- Avaliar as práticas de publicação e divulgação de produtos e serviços.
- Elaborar e divulgar Relatório de Avaliação Interna.

Participação da Comunidade Acadêmica e Atuação da CPA

O desafio de construir um programa significativo de avaliação interna na UFT fundamenta-se em ações referentes à discussão sobre a concepção de avaliação, avaliação institucional e avaliação interna, que são instrumentos avaliativos que suscitam a participação de toda a comunidade acadêmica em fóruns de discussão a serem realizados pela Universidade em parceria com CPA, com o objetivo de apresentar a proposta de auto-avaliação da UFT e as questões históricas e conceituais.

Para a construção do instrumento de coleta de informações, a CPA deve contar com assessoria externa e com a participação das CSAs, que devem promover a discussão entre os professores e os alunos nos respectivos *campi*.

9 – CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PDI

Quadro 12 – Ações realizadas na construção do PDI

AÇÕES	1º sem 2005	2º sem 2005	1º sem 2006	2º sem 2006	1º sem 2007	2º sem 2007
Elaboração do plano de auto-avaliação	X					
Divulgação do projeto na comunidade acadêmica		X				
Discussão do Planejamento Estratégico com a comunidade acadêmica	X					
Conclusão do relatório do Planejamento Estratégico		X				
Entrega do relatório à Comunidade acadêmica			X			
Início da construção do PDI nos <i>campi</i> –FEPEC			X			
Encerramento do debate sobre o PDI com toda a comunidade – FEPEC				X		
Elaboração do documento – PDI			X	X	X	
Aprovação no CONSUNI						X

10 –BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Nelson Cardoso. Financiamento da Educação Superior, Estado x Mercado, S.Paulo: Cortez: Piracicaba, São Paulo: Editora UNIMEP, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade, 10 edição – São Paulo: Cortez 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, Planejamento estratégico (2006-2010) – por uma universidade consolidada, democrática, inserida na Amazônia (segunda impressão). Palmas, 2006.

11 - ANEXOS

Estatuto da Universidade Federal do Tocantins

Regimento da Universidade Federal do Tocantins
Regimento do Conselho Superior da Universidade (CONSUNI)
Cronograma do PDI da UFT

Palmas, 26 de setembro de 2007

Prof. Alan Barbiero
Reitor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO I

**ESTATUTO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS - UFT**

Agosto 2003



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

A N E X O II

**REGIMENTO GERAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS - UFT**

Agosto 2003



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Junho 2004



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO IV

CRONOGRAMA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)				
Políticas do ensino de graduação	Diretrizes	Responsáveis	Prazo para execução	Status
1 - Estruturação e desenvolvimento acadêmico – Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	Refletir coletivamente e de forma continuada sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) em conformidade com as novas diretrizes do ensino, com o Planejamento Estratégico, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com os fóruns específicos.	PROGRAD e Colegiados de Curso	Permanente	Em execução
	Promover a construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos, em conformidade com as novas diretrizes do ensino – voltadas para a formação integral do aluno e para as mudanças científicas, tecnológicas e culturais em que estão inseridos –, com a nova realidade institucional e com as condições específicas de oferta de cada curso.	PROGRAD e Colegiados de Curso	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Desenvolver projetos de formação para o uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino, bem como para a aplicação de novas metodologias de ensino, inclusive a distância e em rede.	PROGRAD e Diretoria de Tecnologia da Informação	Médio Prazo	Em execução
	Atualizar o acervo bibliográfico, em conformidade com a reformulação dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação.	PROGRAD e Colegiados	Permanente	Em execução
	Assegurar a implantação dos programas e projetos nacionais que visam à melhoria do ensino.	PROGRAD e Colegiados	Médio Prazo	Em execução
2 - Políticas de modernização e informatização das bibliotecas	Implantar um atendimento padrão, moderno, informatizado, interligando o Sistema de bibliotecas Universitárias da UFT	PROGRAD e DTI	Médio Prazo	Em execução
	Atualizar o acervo bibliográfico, em conformidade com a reformulação dos Projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação	PROGRAD e Colegiados de Curso	Médio Prazo	Em execução
3 – Políticas de aperfeiçoamento discente	Criar e implantar programas que contribuam para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem	PROGRAD e Colegiados de Curso	Médio Prazo	Em execução
	Assegurar a implantação dos programas e projetos nacionais que visem à melhoria do ensino	PROGRAD e Colegiados de Curso	Médio Prazo	Em execução
	Implantar e aperfeiçoar programas e projetos no âmbito do Sistema Federal de Educação (PET, PIM, MA)	PROGRAD e Colegiados de Curso	Curto e médio prazo	Em execução
	Promover políticas de melhoria do acesso e permanência dos estudantes na universidade	PROGRAD e PROEX	Curto e médio prazo	Em execução

4- Reestruturação do Sistema de Controle e Registro Acadêmico	Melhorar o sistema de serviços acadêmicos através de implementação de políticas específicas.	PROGRAD, Direção do <i>Campus</i> e DTI	Curto e médio prazo	Em execução
	Planejar a nova estrutura dos Setores de Registro de Diplomas e de Controle Acadêmico	PROGRAD, Direção do <i>Campus</i> e DTI	Curto e médio prazo	Em execução
	Planejar a sistemática de trabalho e organização das Secretarias Acadêmicas	PROGRAD e Direção do <i>Campus</i>	Curto e médio prazo	Em execução
	Implantar e utilizar o SIE em sua potencialidade total	PROGRAD, Direção do <i>Campus</i> e DTI	Curto, médio e longo prazo	Em execução
5 - Gestão acadêmica	Promover a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura em todas as práticas pedagógicas dos cursos.	PROGRAD, PROPESQ, PROEX e Colegiados	Permanente	Em execução
	Implementar uma política de estágios que contemple as especificidades das licenciaturas, do bacharelado e dos demais cursos oferecidos pela UFT.	PROGRAD e Colegiados	Médio e longo prazo	Em execução
	Avaliar continuamente as condições de ensino dos cursos, com vistas à melhoria na oferta e otimização de recursos.	PROGRAD e Colegiados	Permanente	Em execução
	Oferecer subsídios aos gestores dos cursos de graduação com análises e estudos específicos.	PROGRAD	Permanente	Em execução
	Estruturar e dar suporte ao grupo de discussão das pedagogias, das licenciaturas e dos bacharelados.	PROGRAD	Permanente	Em execução
	Propor novas formas de organização didático-pedagógica dos cursos de graduação e novas metodologias no processo de ensino e aprendizagem. Propor novos modelos de estudos de graduação, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação.	PROGRAD	Médio e longo prazo	Em execução
6 - Políticas de avaliação interna dos cursos como processo integrante dos seus projetos pedagógicos	Sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da avaliação dos cursos e programas como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais.	PROGRAD, CPA e Direção do <i>Campus</i>	Permanente	Em execução
	Implementar, em todos os segmentos dos cursos, um processo de avaliação contínuo, formativo, flexível e democrático.	PROGRAD, CPA e Colegiados de Curso	Permanente	Em execução
	Promover a permanente melhoria da qualidade das atividades acadêmicas dos cursos por meio da análise e da reflexão sobre os dados obtidos nos processos avaliativos.	PROGRAD e Colegiados de Curso	Permanente	Em execução

7 – Educação a distância	Propor e implementar política de educação a distância, tendo como referência a qualidade acadêmica, a articulação com as demais políticas educacionais da UFT e a sua necessária ação integradora entre as várias áreas do conhecimento e o seu papel social.	PROGRAD e Vice-Reitoria	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Identificar áreas do conhecimento e demandas regionais para a proposição de cursos a distância.	PROGRAD e Vice-Reitoria	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Implementar um sistema de avaliação contínua dos cursos a distância.	PROGRAD e CPA	Médio e longo prazo	Em planejamento
	Formar grupos de estudo e aprofundamento de temas relativos à inserção das tecnologias nos cursos de graduação.	PROGRAD, Vice-Reitoria e DTI	Médio e longo prazo	Em execução
	Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como princípio norteador dos cursos de graduação a distância.	PROGRAD, PROEX e PROPESQ	Médio e longo prazo	Em execução
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPESQ)				
Políticas de pesquisa e pós-graduação	Diretrizes	Responsáveis	Prazo para execução	Status
1 - Melhoria e ampliação da iniciação científica (PIC)	Promover gestão perante o CNPq objetivando aumentar o número de bolsas de IC.	PROPESQ	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Incentivar solicitações de bolsas em outras fontes.	PROPESQ	Curto, médio e longo prazo	Em Execução
	Estabelecer a interação dos programas de IC com a pós-graduação.	PROPESQ e Colegiados de Curso	Curto, médio e longo prazo	Planejado
2 -Fortalecimento e expansão da pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFT (PPG)	Induzir, incentivar e apoiar a criação de novos programas de mestrado e doutorado.	PROPESQ, Colegiados e Núcleos de Pesquisa	Curto, médio e longo prazo	Em Execução
	Implementar o gerenciamento integrado da pesquisa e pós-graduação via sistema informatizado (SIE).	PROPESQ e DTI	Médio e longo prazo	Em Execução
	Estimular a cooperação internacional dos programas de pós-graduação da UFT com outros consolidados.	PROPESQ e DAI	Médio e longo prazo	Em Execução
3 - Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT	Tornar a produção científica, tecnológica e artística da UFT mais visível para a sociedade.	PROPESQ e DICOM	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Otimizar a interação dos pesquisadores e grupos de pesquisa da UFT com grupos externos.	PROPESQ e grupos de pesq.	Médio e longo prazo	Em execução

4 - Promoção de capacitação docente	Buscar condições para que mais de 90% do quadro docente da UFT seja formado por mestres e doutores.	PROPESQ	Médio e longo prazo	Em execução
	Estimular a atualização profissional continuada.	PROPESQ	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Desenvolver ações integradas entre a pós-graduação, o desenvolvimento institucional e a demanda por recursos humanos.	PROPESQ	Curto, médio e longo prazo	Planejado
5 - Apoio aos comitês científicos	Desempenhar papel estratégico nos processos de criação e aperfeiçoamento de regras para avaliação de projetos e solicitações da comunidade científica da UFT.	PROPESQ	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Acompanhar a qualidade e os princípios éticos e científicos dos programas e projetos propostos e implantados na Instituição.	PROPESQ	Médio e longo prazo	Planejado
6 - Implantação da avaliação interna dos projetos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação como processo integrante dos projetos pedagógicos dos cursos	Implantar instrumentos de avaliação interna dos projetos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação da Universidade.	PROPESQ e CTC	Médio e longo prazo	Planejado
	Construir indicadores que possam servir de parâmetro para o planejamento de ações.	PROPESQ e CTC	Médio e longo prazo	Planejado
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)				
Políticas de extensão e assuntos comunitários	Diretrizes	Responsáveis	Prazo para execução	Status
1 - Promoção da cidadania	Alfabetizar jovens e adultos.	PROEX e professores	Curto prazo	Executado
	Elaborar e acompanhar projetos para fortalecimento do trabalho de educação de jovens e adultos no estado.	PROEX e professores	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Incentivar a participação dos acadêmicos nos programas de inclusão social nacionais, regionais e institucionais.	PROEX e professores	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Acompanhar os projetos de extensão propostos pela comunidade acadêmica.	PROEX	Curto, médio e longo prazo	Em execução

2 - Apoio à diversidade étnico-racial	Garantir a permanência e o sucesso dos alunos oriundos das cotas étnicas.	PROEX	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Garantir a permanência e o sucesso dos alunos que ingressaram na Universidade mediante o convênio estabelecido com os países africanos de língua portuguesa.	PROEX e DAI	Curto, médio e longo prazo	Planejado
	Promover políticas de igualdade racial na UFT.	PROEX	Médio e longo prazo	Em execução
3 - Apoio ao desenvolvimento estudantil	Apoiar a realização das semanas acadêmicas.	PROEX e Colegiados de Curso	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Divulgar editais do PROEXT (Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado para políticas públicas).	PROEX e DICOM	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Fomentar a participação dos diversos atores da Instituição em eventos regionais e nacionais para discutir a extensão nas IES.	PROEX	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Promover debate quanto aos critérios da avaliação da extensão universitária na UFT.	PROEX e CPA	Curto, médio e longo prazo	Em execução
4 - Apoio à permanência acadêmica	Propiciar o exercício da competência técnica na Universidade.	PROEX	Médio e longo prazo	Planejado
	Buscar, em outras instituições, oportunidades para a inserção dos alunos no mercado de trabalho.	PROEX e Vice-Reitoria	Curto, médio e longo prazo	Em execução
	Difundir entre os alunos a importância do compromisso profissional.	PROEX e Colegiados de Curso	Curto, médio e longo prazo	Planejado
5 - Apoio à arte e à cultura	Desenvolver ações no sentido de fazer da Instituição um pólo de referência na criação e difusão da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura no Tocantins.	PROEX e professores	Médio e longo prazo	Em execução
	Estimular o ensino e a prática da arte, bem como as formas de apreciá-la.	PROEX	Longo prazo	Planejado
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS				
Políticas da Administração	Ações e metas específicas	Responsáveis	Prazo para execução	Status

1 - Valorização e Desenvolvimento Humano	Promover o conhecimento da função do Estado, das especificidades do serviço público, da missão da Instituição, da conduta do servidor público e da sua integração ao ambiente institucional.	DDH	Permanente	Executando
	Promover mecanismos necessários à implantação e implementação do plano anual de capacitação.	DDH	Médio Prazo	Executando
	Criar mecanismos para uma cultura de gestão colegiada.	DDH	Permanente	Executando
	Promover condições para que a Comissão Interna de Supervisão desenvolva seus trabalhos de maneira eficaz.	DDH	Permanente	Executando
	Aprovar instrução normativa dos projetos integrados ao programa “Gestão por Competências”.	DDH	Médio	Planejado
	Criar mecanismos de incentivos específicos para implementação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos.	DDH	Médio	Executando
	Desenvolver mecanismos de incentivo à atuação de servidores como facilitadores, instrutores e multiplicadores em ações de capacitação.	DDH	Médio	Executando
	Promover a disseminação das políticas de recursos humanos e orientação técnica para execução dos trabalhos.	DDH	Médio	Executando
	Buscar a valorização permanente do servidor docente e técnico-administrativo, com respeito à liberdade de expressão e organização.	DDH	Permanente	Executando
	Estabelecer o mérito e a qualificação como critérios para o desenvolvimento na carreira de todos os servidores da UFT.	DDH	Permanente	Planejado
	Conduzir eticamente todos os campos de atividades, com estrita observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.	DDH	Permanente	Executando
	Analisar o quadro funcional, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional.	DDH	Médio	Executando
	Identificar as possibilidades de compatibilização entre planejamento estratégico organizacional e de governo no âmbito da gestão de recursos humanos.	DDH	Permanente	Planejado
	Estabelecer critérios e normas para a implementação do Programa “Gestão por Competências”, bem como para a participação em eventos presenciais de treinamento, a distância e capacitação <i>E-Learning</i> para os servidores da UFT.	DDH	Longo	Planejado

2 - Modernização Administrativa	Implantar uma gestão administrativa descentralizada e participativa. Apoiar os coordenadores dos <i>campi</i> no sentido de consolidar a estrutura <i>multicampi</i> .	DDH	Permanente	Executando
	Disponibilizar as informações institucionais.	DICON	Permanente	Executando
	Fortalecer as instâncias colegiadas decisórias.	GESTÃO	Permanente	Executando
	Sistematizar as informações institucionais.	NEP	Permanente	Executando
	Implantar metodologias de alocação interna de recursos.	NEP	Curto	Executado
	Construir indicadores que evidenciem a eficiência e a eficácia na gestão.	NEP	Médio	Planejado
	Elaborar relatório de gestão e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica.	PROAD	Permanente	Executado
	Praticar uma gestão democrática, transparente e participativa em todos os níveis da estrutura administrativa da Universidade, garantindo participação e voto para representantes dos alunos, dos técnicos administrativos e dos professores.	GESTÃO	Permanente	Executando
	Adotar, como princípio para a administração, o planejamento estratégico e participativo como ferramenta de modernização da gestão universitária.	GESTÃO	Permanente	Planejado
	Assegurar e viabilizar as atividades-fim de ensino, pesquisa e extensão.	PROAD	Permanente	Executando
	Implantar sistema de administração por unidade de custos.	DCOF	Médio	Planejado
	Promover a melhoria da qualidade dos processos administrativos.	PROAD	Permanente	Executando
	Estruturar a prestação de serviços e a captação de recursos financeiros.	PROAD	Permanente	Executando
	Planejar de forma integrada as ações institucionais.	PROAD	Permanente	Executando
	Apresentar e disponibilizar sistematicamente relatórios de prestação de contas na página da Universidade.	PROAD/DICON	Permanente	Executando
	Estabelecer políticas de segurança comunitária e patrimonial para o quinquênio 2007-2011.	DIRAD	Médio	Executando
	Definir políticas de transporte para atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão.	DIRAD	Curto	Executando
	Implementar o sistema de avaliação periódica dos serviços terceirizados (vigilância, limpeza, jardinagem, reprografia, portaria, etc.).	DIRAD	Curto	Executando
	Gerenciar estrategicamente o Setor de	DIRAD	Curto	Executando

2.1 - Adequação da infra-estrutura básica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão	Elaborar o Plano Diretor de Obras.	DOC	Médio	Planejado
	Ampliar e adequar os espaços físicos para atender ao plano de expansão do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.	DOC	Permanente	Executando
	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e corretiva.	DIRAD	Curto	Executando
	Melhorar as condições de trabalho, acesso e permanência na Universidade.	DOC	Permanente	Executando
	Acompanhar e orientar os servidores e alunos quanto aos ambientes insalubres na Instituição.	DDH/DOC	Permanente	Executando
	Disponibilizar alternativas para suporte aos portadores de necessidades especiais.	DOC	Médio	Planejado
	Promover e incentivar o uso de metodologias digitais em todos os segmentos da Universidade.	DTI	Médio	Executando
	Melhorar o acesso aos recursos tecnológicos de informação.	DTI	Médio	Executando
	Implantar o gerenciamento integrado de documentos eletrônicos.	DTI	Médio	Executando
	Incentivar a utilização de <i>softwares</i> livres, promovendo-se continuamente a capacitação da comunidade acadêmica.	DTI	Curto	Executando

2.2 - Comunicação Social e divulgação das informações da Universidade	Elaborar informativo diário e disponibilizá-lo na Internet.	DICOM	Permanente	Em Execução
	Criar informativo semanal impresso.	DICOM	Permanente	Em execução
	Implantar um jornal institucional com periodicidade trimestral.	DICOM	Permanente	Em execução
	Promover a cobertura sistemática de eventos internos.	DICOM	Permanente	Em execução
	Garantir a atualização e a manutenção do sítio virtual (com apoio técnico da Diretoria de Informática). Apoiar a organização de eventos, por meio de trabalhos de criação, arte-final, impressão e projetos de <i>marketing</i> para captação de recursos, entre outros instrumentos.	DICOM	Permanente	Em execução
	Elaborar campanhas publicitárias para divulgação de cursos de especialização e mestrado, entre outros.	DICOM	Sob demanda	Em execução
	Implantar a Rádio Universitária (em negociação – Andifes/MEC/MC) – FM e <i>web</i> rádio.	DICOM	Médio prazo	Planejado
	Implantar a TV Universitária (Aguardando definição sobre TV Digital – Andifes~/Redeifes – MEC)	DICOM	Longo prazo	Planejado
	Criar um jornal para a comunidade (UFT Comunidade).	DICOM/Curso de Comunicação	Médio prazo	Planejado
	Aperfeiçoar os canais internos de comunicação, por meio da ampliação e modernização do sistema de murais internos, bem como da implantação dos boletins CONSUNI/CONSEPE, entre outras ações.	DICOM	Permanente	Em execução
2.3 – Aspectos financeiros e orçamentários	Aumentar a participação dos recursos próprios no total do orçamento anual da Instituição.	PROAD	Permanente	Em execução
	Ampliar o percentual dos recursos destinados às atividades-fim.	PROAD	Permanente	Em execução
	Propor e manter um calendário plurianual de apresentação da proposta do orçamento interno e da apreciação da execução orçamentária anual.	PROAD	Médio	Planejado
	Adotar o planejamento estratégico como prática institucional indispensável às atividades operacionais de cada exercício.	PROAD	Médio	Planejado
	Garantir o respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional como fundamento determinante na alocação do orçamento interno.	PROAD	Permanente	Em execução

